

# OLHE PRA RUA

METODOLOGIA DE  
PESQUISA SOCIAL  
EM SAÚDE PÚBLICA

*Faz quatro dias que eu não durmo*

*Sabem o porquê?*

*Porque o Estado não deixa*

*Porque toda vez que eu me deito*

*Em uma calçada para dormir*

*Eles vêm e me expulsam*

*Com tiro, porrada, bomba e gás lacrimogêneo*

*E me mandam pra outro lugar*

*E pra outro lugar*

*E pra outro lugar*

*E pra outro lugar*

 CENTRO TÉCNICO  
DE REFRIGERAÇÃO

CURSOS PROFISSIONALIZANTES

3337-0808

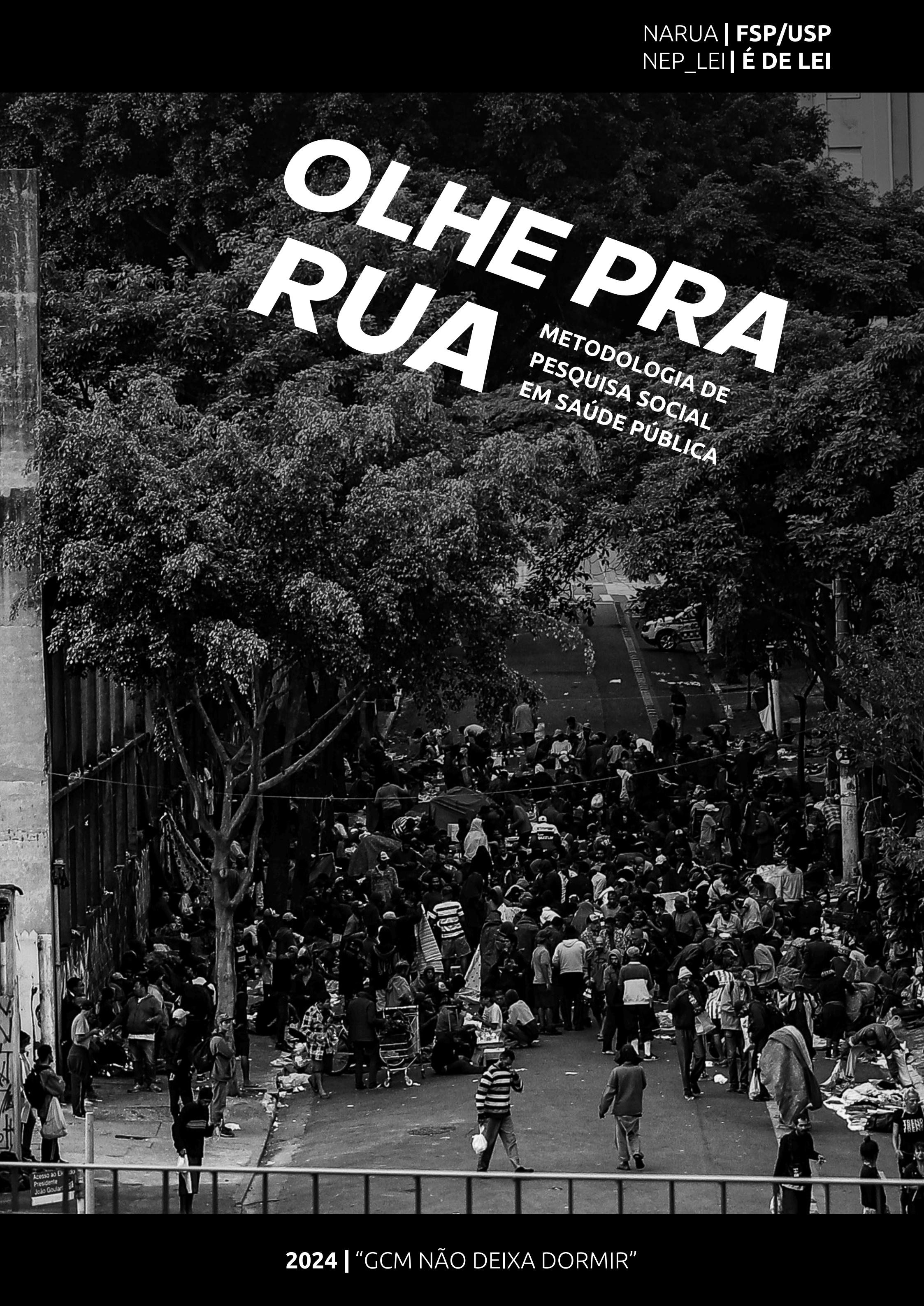
9922-9316

DANEE AMORIM

NARUA | FSP/USP  
NEP\_LEI | É DE LEI

# OLHE PRA RUA

METODOLOGIA DE  
PESQUISA SOCIAL  
EM SAÚDE PÚBLICA







# OLHE PRA RUA

METODOLOGIA DE  
PESQUISA SOCIAL  
EM SAÚDE PÚBLICA

Boletim do Núcleo de Antropologia NARUA da Faculdade de Saúde Pública da USP  
e do Núcleo de Ensino e Pesquisa do Centro de Convivência É De Lei



**ORGANIZAÇÃO:** Diego Madi Dias; Karin Di Monteiro.

**REALIZAÇÃO:** Danee Amorim;  
Coletivo Tem Sentimento;  
Graduação em Saúde Pública (USP) - Turma 11.

**COORDENAÇÃO  
EXECUTIVA:** Mateus Felipe de Freitas

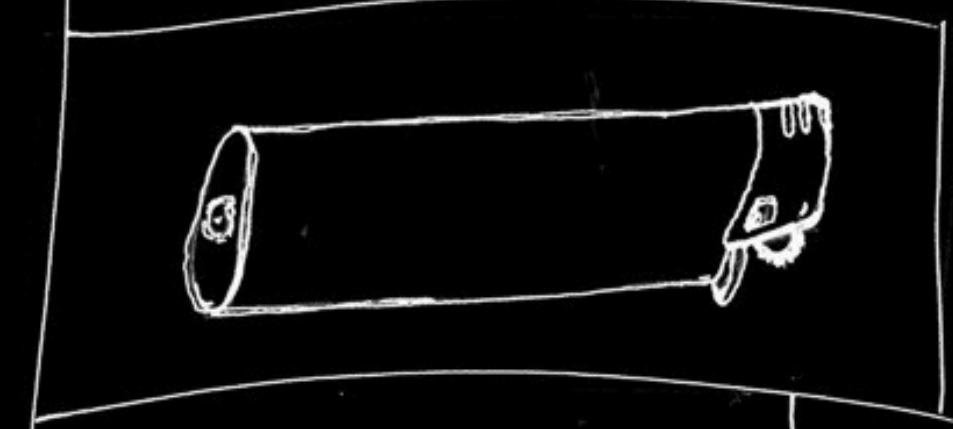
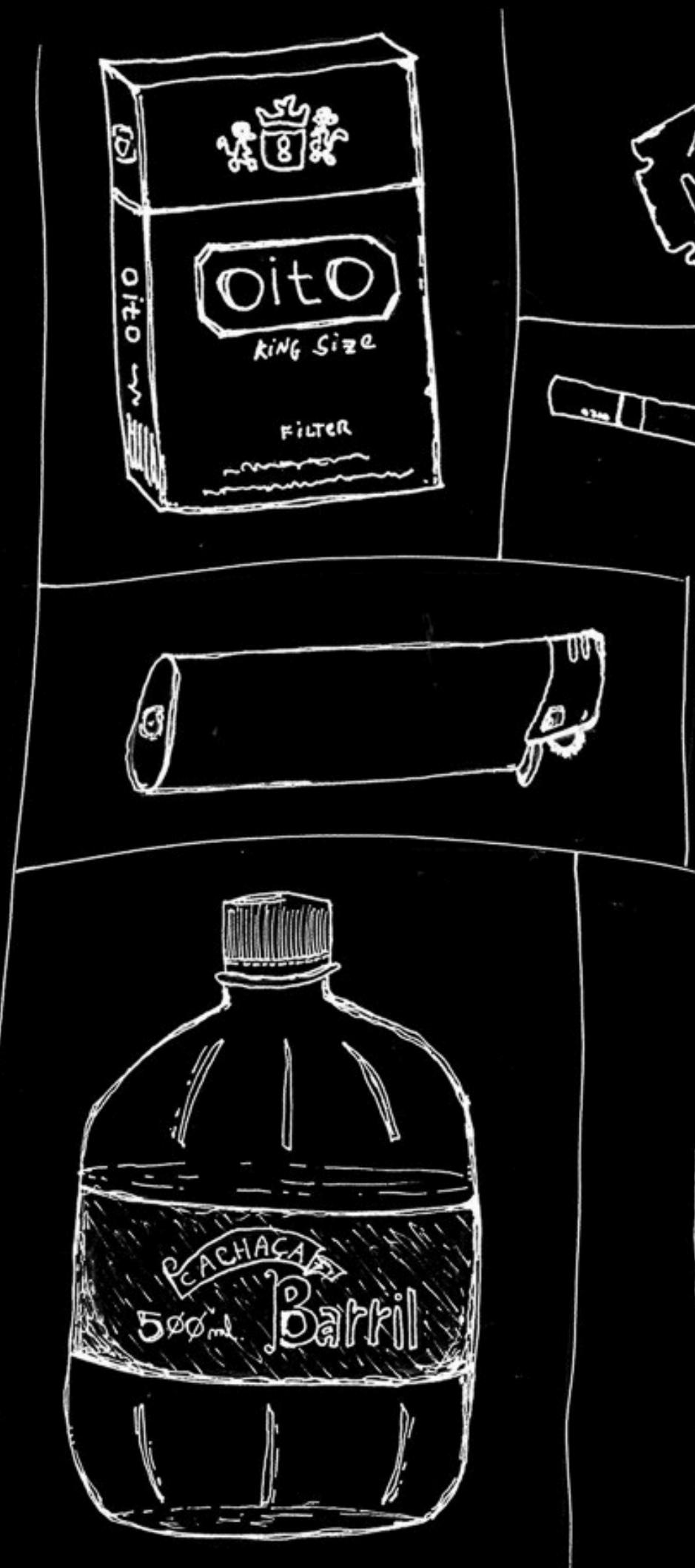
**APOIO EDITORIAL:** Beatriz Damásio Penteado; Rafaela Maciel Del Nero.

**DIAGRAMAÇÃO:** Angie Barbosa

**ILUSTRAÇÕES:** Thiago Calil

**FOTO DA CAPA:** Tutz Dias

2024 | “GCM NÃO DEIXA DORMIR”



# SUMÁRIO

<b>APRENDER A OLHAR</b> DIEGO MADI DIAS	<b>p. 3</b>
<b>O CORPO E O TERRITÓRIO</b> AMANDA GABRIELA AMPARO	<b>p. 7</b>
<b>REDE CENTRO - FÓRUM INTERSETORIAL</b> LAURA SHDAIDOR E ANANDA PORTARO	<b>p. 11</b>
<b>APROXIMAÇÕES ETNOGRÁFICAS</b> GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA (USP) - TURMA 11	<b>p. 15</b>
<b>SILÊNCIO, AGORA É MINHA VEZ!</b> DANEE AMORIM	<b>p. 25</b>
<b>FÓRUM - GCM NÃO DEIXA DORMIR</b> LEONA JHOVS	<b>p. 33</b>
KARIN DI MONTEIRO	<b>p. 35</b>
THIAGO GODOI CALIL DA COSTA	<b>p. 36</b>
CAROLINA IARA DE OLIVEIRA	<b>p. 37</b>
MARIA ANGÉLICA COMIS & EDUARDO SUPILY	<b>p. 39</b>
<b>REVERBERAÇÕES DA LÓGICA MANICOMIAL</b> PEDRO HENRIQUE DESIDÉRIO	<b>p. 43</b>
NOTA DO CT 26 / CBCSHS	<b>p. 44</b>



**APRENDER A  
OLHAR**



# APRENDER A OLHAR

A criação do Boletim Etnográfico *Olhe Pra Rua* é resultado de uma experiência no ensino de Metodologia de Pesquisa Social em Saúde na FSP/USP. A disciplina permite aos estudantes da graduação empreender aproximações sucessivas da realidade empírica e elaborar sobre sua constituição através de critérios técnicos, teóricos e discursivos. O curso foi organizado em torno da tripla vocação da tradição etnográfica: 1. Técnica profissional de participação e inserção em contextos delimitados de observação (trabalho de campo, ou 'etnografia'); 2. Projeto de conhecimento antropológico voltado a relativizar e renovar o pensamento a partir de concepções nativas: categorias êmicas equivalem a verdadeiros conceitos (teoria nativa ou etnográfica); 3. Investimento descriptivo, reflexivo, hermenêutico, representacional e até literário que determina a escrita do etnógrafo e confere um sabor especial à etnografia como tipo discursivo no texto moderno (gênero de escrita ou ensaio etnográfico).

Realizamos no âmbito da graduação no curso de Saúde Pública uma oficina de produção textual com base nos princípios da tradição etnográfica, postulados por B. Malinowski (1922)<sup>1</sup>, e voltada para a observação da vida precária em situação de rua, e descrição das micropolíticas e micropoéticas da residência no espaço público. Cada estudante deve enviar semanalmente os textos de descrição, resultantes de observação etnográfica. Pede-se que sejam registradas textualmente: uma coisa que aconteceu no mundo; e uma coisa que aconteceu no pensamento, a partir da observação.

Após preparação dos textos de estudantes, somou-se ao presente trabalho a contribuição de pesquisadores, ativistas e parlamentares com atuação reconhecida na região central da cidade, discutindo e reivindicando a garantia de direitos, a estratégia de Redução de Danos em Saúde Pública e a ética do cuidado como princípio fundamental de responsabilidade política em contextos críticos de vulnerabilização envolvendo a gestão pública do uso, abuso e dependência de substâncias. Especialistas em diferentes áreas do conhecimento trouxeram contribuições valiosas, permitindo circunstanciar a urgência da luta por moradia e por uma nova política de drogas.

<sup>1</sup> Os princípios canônicos da etnografia moderna foram elaborados por Malinowski nos seguintes termos: 1. estabelecer condições de integração no campo e trabalho de observação participante que permitam revelar o "arcabouço da vida tribal" (esqueleto da cultura); 2. observar, descrever e analisar um fenômeno na variedade de suas manifestações concretas (carne e sangue da cultura); 3. estudar as categorias de pensamento no discurso local, alcançando o "contorno verbal do pensamento nativo", expresso em uma descrição nítida da constituição social (alma da cultura ou mentalidade nativa).

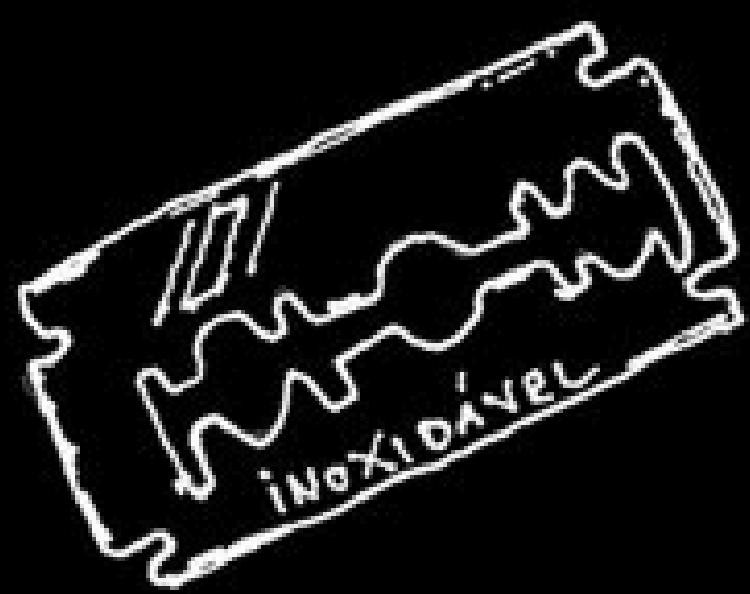
Este número é apresentado pela antropóloga Amanda Gabriela Amparo, etnógrafa que realiza trabalho de campo de longa duração em São Paulo, na região chamada de "cracolândia". Suas pesquisas desenvolvem ideias importantes no debate sobre a relação entre corpo e território, com proposições assertivas sobre a atualidade do critério racial nos modos de ocupação e produção do espaço urbano, determinando a morfologia social e as relações entre pessoas negras e racializadas, mais de um século desde o fim da escravização formal no Brasil.

O Boletim Etnográfico *Olhe Pra Rua* é organizado em parceria com o NEP\_LEI - Núcleo de Ensino e Pesquisa do É de Lei, que acolheu o projeto com motivação e generosidade para compartilhar com estudantes da FSP o acúmulo de experiência e trabalho no território. O trabalho não seria possível sem a liderança de Danee Amorim, através do coletivo Tem Sentimento, na condução de debates sobre as condições de vida e de sofrimento no território, especialmente a privação do sono como técnica institucional aplicada por forças de ordem no controle social e na gestão de população na região central de São Paulo. A colaboração com o movimento social organizado se mostrou imprescindível para atingir os objetivos desse trabalho pedagógico. Percebemos que muitos ingressantes na Universidade de São Paulo nunca haviam empregado seu tempo na observação de roteiros sociais tão graves quanto banais, expressões cotidianas de suplício racial em meio à violência como gramática da vida.

A dificuldade em olhar para imagens da dor e do sofrimento parece surgir do caráter ordinário da violência, que produz a cidade através de quimeras urbanas: formações ecossociais que condensam aspectos paradoxais na paisagem da metrópole. A multidão de miseráveis fornece uma imagem da crise humanitária em São Paulo, ao mesmo tempo em que atesta uma concentração de oportunidades e o excesso de riquezas na Grande Metrópole. Durante a realização deste número, tornou-se evidente o caráter ambivalente e contra intuitivo da paisagem urbana, de modo que olhar para a rua requer uma educação da atenção, por meio do exercício sistemático de observação, descrição e construção do olhar. Essa foi a tarefa empreendida pelos estudantes da turma 11 da graduação em Saúde Pública da USP, cuja responsabilidade, através deste número, compartilhamos com você.

## OLHE PRA RUA.

**DIEGO MADI DIAS**  
**Núcleo de Antropologia NARUA**  
**NARUA@fsp.usp.br**



# O CORPO E O TERRITÓRIO

NA CORRIDA  
CARROS ALIGADOS



# O CORPO E O TERRITÓRIO: PERSPECTIVAS DE AQUILOMBAMENTO A PARTIR DA “CRACOLÂNDIA”

## Movimentos do corpo e do território

Com base na noção de territorialização do corpo e o binômio corpo-território, podemos constatar uma dimensão de aquilombamento nas práticas de relação que ocorrem na região chamada de “cracolândia”. Esse termo é utilizado entre aspas por se tratar de uma designação pejorativa, que identifica determinadas aglomerações de pessoas no centro de São Paulo, mais especificamente no bairro da Luz, ao uso do crack. Carl Hart chama atenção para o poder estigmatizante e reducionista dessa formulação, uma vez que são muitas as relações e fenômenos ocorrendo nesses espaços e o uso de uma substância não poderia definir o universo de interações.

Traçando os marcadores dos corpos que habitam esse espaço, poderíamos chamá-los de corpos-cidade, e então expandir tal noção de modo a explorar novas formas de pensar sobre a “cracolândia”, as corporeidades que conformam esse território, ou mesmo a cidade. A proposta de reflexão sobre os corpos-cidade pressupõe a existência de um trânsito intenso de corporeidade, agenciando um movimento de pessoas que se intersecciona por critérios de raça e gênero ao movimento da própria cidade. No território da Grande Metrópole Brasileira, essa movimentação faz convergir os ritmos do corpo e as dinâmicas de organização temporal da cidade. Faz convergir também a matéria do corpo e os fluxos de troca, dádiva, dívida e mercadoria de substâncias na constituição da cidade.

## Corpo racial e corpo de classe

Observa-se que oito em cada dez usuários regulares de crack nas cenas públicas de uso de drogas são negras e negros. Na história de formação brasileira, a identificação produzida entre o corpo racial e o corpo de classe (antes, escravizado e destituído com violência total; em seguida, explorado e precarizado com a ordinariedade de uma violência difusa e a

docilização dos corpos), podemos considerar a “cracolândia” como espaço de refúgio e encontro de pretas e pretos. São corpos marcados na metrópole pela dificuldade de integração na vida produtiva, aversão e hostilidade em relação à sua presença, interdição de trânsito livre, e até a impossibilidade de permanência em determinados espaços sociais. As múltiplas experiências e os modos de vida de pessoas negras e racializadas no território da “cracolândia” afirmam no cotidiano a existência de uma pragmática relacional e sentidos territoriais característicos a um quilombo urbano.

A proposta de conceituação da “cracolândia” como um quilombo urbano não significa romantizar ou super-qualificar um espaço de cena pública de uso de substâncias, mas pretende discutir esse problema social e sociológico com base em suas premissas etnográficas, verificadas no território, que se constitui fundamentalmente pelo conjunto das relações estabelecidas e que encontram ali alguma possibilidade de trânsito ou permanência. Essa proposta busca reconhecer as práticas sociais e os significados culturais em contexto comum vivido por quem habita o território, ressaltando o fluxo de relações como aspecto preponderante, ao invés de delimitar a população no território por meio de elementos de estigma, como o uso de substâncias e a dependência química (muitas vezes tratados de modo inespecífico) ou a localização geográfica. Finalmente, são as culturas locais de relação que determinam a condição amplamente compartilhada por pretas e pretos na cidade, que inclui uma interdição persistente ao sujeito negro, além da violência ordinária e o signo da morte como modo privilegiado de subjetivação (Carneiro, 2023).

Através da vulnerabilização que acomete as categorias preta e preto no espaço da cidade, podemos pensar a “cracolândia” como lugar único de existência possível para algumas dessas pessoas. Nesse território, toda perspectiva de existência é intrínseca a uma concepção básica de resistência. Pretas e pretos resistem ao racismo nas formas de violência, exclusão, solidão, medo, deterioração, fome, frio, e morte. Esse território de existência como resistência exprime uma comunidade que compartilha estilos de sofrimento (pathos) e conhecimentos apropriados para agir em afirmação e reprodução da vida (ethos). Em alguma medida, esse território chamado de “cracolândia” estabelece na região central da metrópole um espaço de alteridade em relação à própria cidade. Assim, perspectivas de aquilombamento podem ser elaboradas a partir da “cracolândia”, em referência ao ímpeto coletivo e um esforço contínuo de existência com autonomia frente aos antagonismos flagrantes na construção do espaço urbano.

Beatriz Nascimento (1977) chama atenção para o fato de que a instituição quilombo não se refere unicamente ao território, mas aos indivíduos. Cada pessoa pode ser um quilombo.

O projeto intelectual de crítica historiográfica dos quilombos no Brasil, discutido por Ratts (2006) a propósito da obra de Beatriz Nascimento (1981), destaca três elementos de análise:

1. O que ficou conhecido na historiografia como quilombos são movimentos sociais arcaicos de reação ao sistema escravista, cuja particularidade foi a de iniciar sistemas sociais variados, em bases comunitárias.
2. A variedade dos sistemas sociais englobadas no conceito único de quilombo se deu em função das diferenças institucionais entre esses sistemas.
3. O maior ou menor êxito na organização dos sistemas sociais conhecidos como quilombos deu-se em função do fortalecimento do sistema social dominante e sua evolução através do tempo.

Assumindo uma perspectiva crítica de observação e análise sobre o território da “cracolândia” na região central de São Paulo, podemos reconceituar a corporeidade negra como corpos-quilombo. Esses corpos, no encontro com o coletivo possível de sua existência na “cracolândia”, configuram-se como território somático itinerante na morfologia socioracial da metrópole. São como corpos públicos, resistindo às práticas de produção da cidade ao mesmo tempo em que são produzidos pelas dinâmicas urbanas de eliminação de resíduos e desvalorização dos excessos.

### **Corpo em fluxo**

Refletir sobre a “cracolândia” ultrapassa uma questão simples de natureza espacial ou localização geográfica, mas implica em considerar as pessoas e seus universos de existência apropriada, em fluxo. Essa designação dinâmica do espaço social (fluxo) corresponde aos logradouros públicos, calçadas e espaços comuns onde se concentra o maior número de pessoas na região central da cidade conhecida por “cracolândia”. A configuração do fluxo indica dimensões características de trânsito das relações e interconexão por meio da troca de conhecimentos, materiais, métodos, objetos, recursos, alimentos e substâncias que fazem parte do cotidiano de cuidado e cultivo do corpo em situação de rua.

Inúmeras questões se entrecruzam na análise do espaço de fluxo, e ressaltam aspectos diversos do contexto socioracial em questão, de modo que contemplar a totalidade das relações implicadas nos fenômenos locais produz certo grau de dificuldade. Por meio da análise interseccional do movimento dos corpos, em território existencial de fluxo, busca-se compreender as corporeidades negras a partir do seu lugar estrutural na formação da cidade

de São Paulo, para em seguida percebê-las no interior do grupo delimitado no território da “cracolândia”. Os corpos nesse território estão configurados pelo horizonte de existência da cidade e na cidade, para a cidade. Na encruzilhada de relações com a cidade, figuram como corpos que resistem à dinâmica metropolitana. Tal resistência corresponde à própria existência na “cracolândia”. Marcadores dos corpos-cidade, ou corpos-quilombo, que habitam essa região de fluxo na “cracolândia”, são produzidos sobretudo pelas transformações e dinâmicas urbanas.

Observar os corpos que transitam no fluxo da “cracolândia”, ou que permanecem nesse território, permite compreender a complexidade desse espaço na dinâmica socioracial brasileira (patrimonialista) e global (capitalista). Além da predominância do critério racial entre os usuários regulares de crack em cenas públicas de uso de drogas, também oito em cada dez não chegaram a ingressar no ensino médio; 40% dessas pessoas está vivendo em situação de rua; quase metade das pessoas (49%) experimentou uma situação de conflito com a lei, determinando sua passagem pelo sistema penal de privação de liberdade (Garcia, 2016).

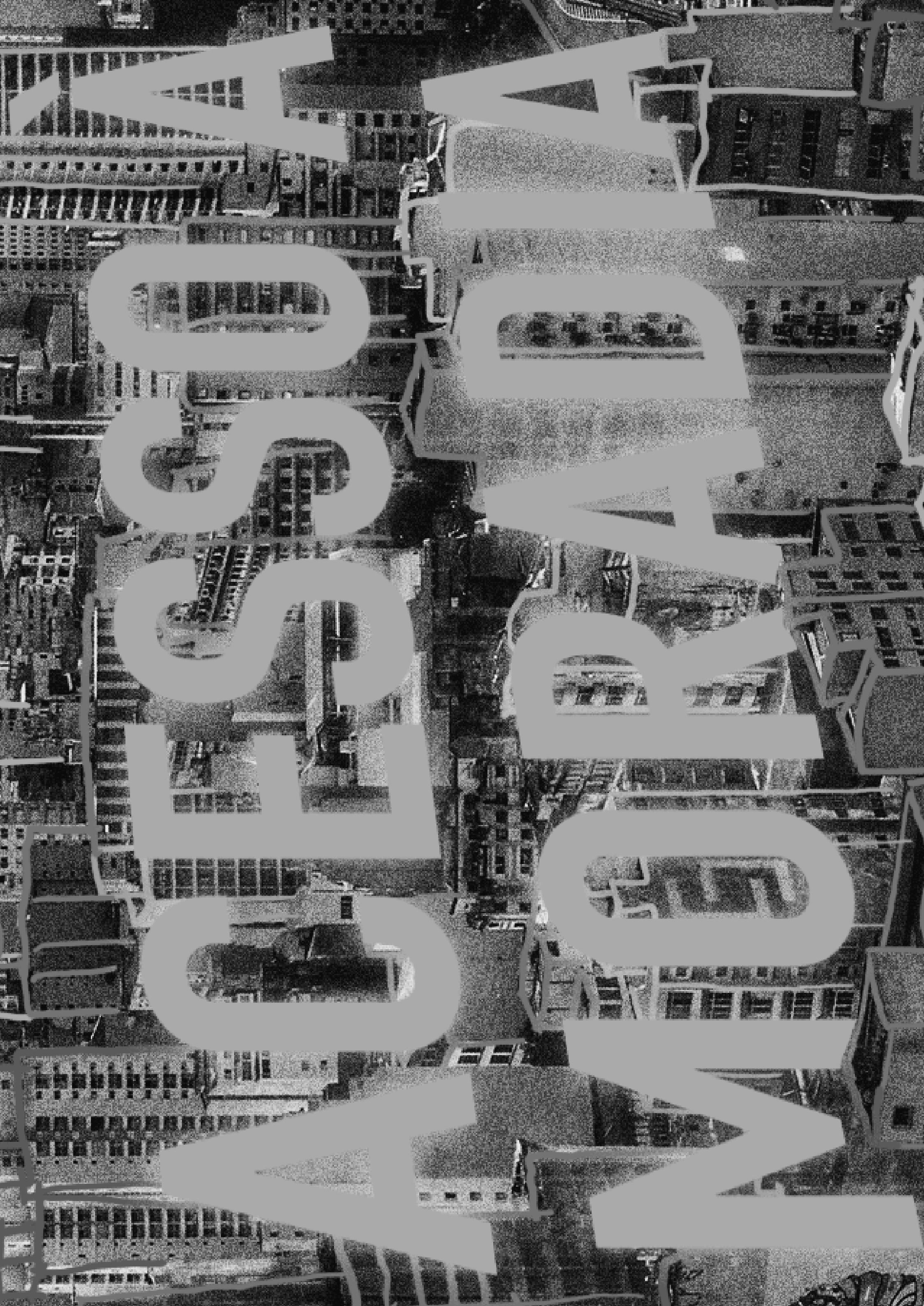
A vulnerabilidade que perpassa a constituição dessas corporeidades não está circunscrita ao território da “cracolândia”, mas faz parte da vida na metrópole paulista, pois é nela que os marcadores da exclusão social funcionam como seletor de experiências, valorizadas ou abjetas, estratificando o conjunto da população em posições sociais. Concorpos negros e racializados nas dimensões em que a cidade os comprehende é um modo de entender os sentidos simbólicos e as razões práticas na experiência vivida em territórios socioraciais como a “cracolândia”.

**AMANDA GABRIELA AMPARO**  
*Cóccix – Estudos (In)disciplinares  
 do Corpo e do Território*

### **REFERÊNCIAS:**

- CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.
- GARCIA, M. 'O uso problemático do crack e a classe média'. *Crack e exclusão social*. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres, 2016.
- HART, C. 'O vício é efeito de um mundo doente, não a causa'. *Revista Época*, 06/05/2014. <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/05/bcarl-hartb-o-vicio-e-efeito-de-um-mundo-doente-nao-causa.html>
- NASCIMENTO, B. *O Quilombo e a historiografia* (mimeo) - Quinzena do Negro USP. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Fundo Maria Beatriz Nascimento, 1977.
- NASCIMENTO, B. *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas* (mimeo). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Fundo Maria Beatriz Nascimento, 1981.
- RATTS, A. J. 'Trajetórias intelectuais negras: as rotas de Beatriz Nascimento'. *PUCviva Revista*, ano 7 n. 28 p. 76-81, out/dez 2006.

**REDE CENTRO -  
FÓRUM  
INTERSETORIAL**



# REDE CENTRO — FÓRUM INTERSETORIAL DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI

Após a pandemia e o desmonte das políticas públicas que enfrentamos com a ascensão da extrema direita no país, a rede de atenção psicossocial do Centro de São Paulo vivia um cenário de pouco diálogo entre os serviços. Ela carecia de espaços de articulação onde fosse possível discutir sobre a prática e exercitar a participação social preconizada pelo SUS e pelo SUAS. Por conta disso, o Centro de Convivência É de Lei iniciou um processo de aproximação dos equipamentos da rede de atenção psicossocial do território que culminou na criação do Fórum da Rede do Centro.

O fórum é um espaço de articulação de rede cujos encontros acontecem uma vez por mês, de forma itinerante e contam com a presença de trabalhadores, usuários e sociedade civil. O fio condutor de nossas discussões é o próprio território, o que nos diferencia de outros fóruns temáticos que existem hoje ou que já existiram. Temáticas como drogas, infância e juventude, saúde mental e cultura cabem na discussão, e é o coletivo quem define o assunto a ser trabalhado.

Desde o seu início, em maio de 2022, o Fórum da Rede do Centro trabalhou com profundidade dois grandes temas: moradia e violência policial. Na discussão sobre moradia, escutamos trabalhadores e usuários de equipamentos que realizam acolhimento institucional: Centro de Acolhida, Residência Terapêutica, Casa de Passagem, Unidade de Acolhimento Adulto e Infantil. Nos dividimos para estudar alguns serviços novos como a Vila Reencontro que acabava de ser inaugurada, chamamos pessoas para explicar sobre o paradigma do housing first e fizemos uma reunião em uma ocupação para discutir sobre essa possibilidade como política de moradia e suas implicações para o cenário da saúde mental.

Desta imersão conseguimos concluir que o modelo do housing first, das Unidades de Acolhimento e das Residências Terapêuticas é o mais adequado para quem está em situação de rua, com questões em saúde mental, álcool e outras drogas, jovem ou adulto: a moradia como direito e parte do cuidado, permitindo a existência de singularidades, considerando a redução de danos e o acompanhamento como parte fundamental do processo. Formamos um grupo de trabalho que compilou nossas principais conclusões em um texto e o mesmo foi enviado aos Conselhos Municipal e Estadual Sobre Drogas de São Paulo, ao Comitê Pop Rua, à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. A ideia era apresentar a estas instâncias a opinião da rede sobre a temática da moradia e impactar as políticas públicas com aquilo que foi produzido pela comunidade que vive e conhece a demanda de atenção psicossocial, ainda que não houvesse nenhuma resposta imediata.

Depois disso, nos debruçamos sobre o tema da violência policial, unanimidade no interesse dos participantes do Fórum. Falamos sobre as muitas vivências que não se tornam processos jurídicos por ausência de provas: número do batalhão, da viatura, nome do agente de segurança, etc. Advertidos sobre o efeito psíquico e político que a falta de um destino simbólico para experiências traumáticas tem, decidimos trabalhar em cima de relatos que não haviam sido judicializados. A tentativa era de uma elaboração coletiva, mas também se objetivava que estes testemunhos ganhassem o mundo e pudessem ser vistos por aqueles que desconhecem a realidade da qual falávamos.

Sendo assim, registramos e transcrevemos relatos de violência policial vivida e testemunhada por nós. O racismo estava lá expresso com todas as letras; o tratamento que mulheres, crianças e jovens recebem ficou explícito; pessoas em situação de rua e usuários da cena de uso mais conhecida como Cracolândia eram vítimas recorrentes; trabalhadores retaliados após se posicionarem a favor daqueles que atendem também apareceu. Tudo isso escrito, lido e relido: Freud já dizia que para elaborar é necessário repetir. E para que não se repita, é necessário contar essa história para além do Fórum. Para isso escrevemos e também planejamos uma intervenção na rua, onde os relatos possam circular e o território seja lembrado daquilo que constantemente apaga e faz esquecer.

A cada mudança de gestão, o centro de São Paulo recebe uma nova proposta para a Cracolândia. Dentre as várias promessas feitas, as mais comuns são o fim da famosa cena de uso a céu aberto e a "revitalização" do espaço público.

Com exceção do Programa De Braços Abertos, todas as propostas consistiram em vagas de internação e alto investimento em segurança pública, o que significa que a violência policial é parte do que o poder público oferece para a região central de São Paulo. Ainda que sejam a reedição de ideias antigas, os Programas e Projetos são apresentados como se fossem novos, e nenhum deles se dá ao trabalho de aprender com o que o antecedeu: os mesmos erros são repetidos sucessivamente.

Um país que não se reconhece como racista e que não elaborou a ditadura militar certamente não tem condições de aprender com seu passado. Seu maior instrumento sempre foi a falta de memória e é por isso que lembrar, registrar e dizer daquilo que não esquecemos é tão importante. Desvelar o que foi apagado, histórias, percursos e até mesmo os papéis de cada ator ali presente.

Agora falando sobre os atores do fórum: é quando reconhecem a dimensão política de seu papel que desempenham a potência que a participação social lhes oferece. A luta antimanicomial, a redução de danos, o SUS e o SUAS são todas lutas feitas a partir de pessoas que reconheceram a importância de seu papel na construção deste percurso. Usuários, trabalhadores e sociedade civil, todos envolvidos. Um país sem memória faz questão de esquecer as atrocidades que cometeu, faz questão de apagar seus verdadeiros heróis, e também faz questão de omitir que nós podemos mudá-lo. Nossa sorte é que as articulações e realizações produzidas no e pelo fórum permitem que constantemente relembremos a possibilidade real da mudança.

**LAURA SHDAIOR E ANANDA PORTARO**  
*Fórum da Rede Centro*  
**ADVOCACY@edelei.org**

# —MANIFESTO DO FÓRUM DA REDE CENTRO SOBRE A MORADIA

O Fórum da Rede Centro, composto por trabalhadores e usuários da rede de atenção psicossocial e sociedade civil do centro da cidade de São Paulo, realizou ao longo de 2022 uma série de encontros sobre as políticas de moradia para a população em situação de rua na cidade de São Paulo. Destes encontros foi possível sistematizar uma série de propostas e questões importantes para a superação dos desafios existentes.

Definimos um conjunto de propostas que seguem elencadas abaixo:

- 1) Aumentar os serviços existentes da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial)**
- 2) Qualificar os serviços existentes**
- 3) Criar novas políticas**
- 4) Promover a intersetorialidade**
- 5) Estimular a participação social**

É necessário também investigar a situação das concessões de auxílio-aluguel no município que tiveram suspensão para quase 5000 famílias em 2019, a continuidade do Programa de Locação Social e efetivação de projetos habitacionais, respeitando o território existencial de cada sujeito, cujas especificidades devem ser consideradas. As considerações formuladas pelo Fórum da Rede Centro visam impactar na discussão sobre políticas de habitação para população em situação de rua e usuários da saúde mental. Seus membros se disponibilizam para maiores debates.

**Saudações antimaniciais, decoloniais, antirracistas e antiproibicionistas.**  
São Paulo, 20 de janeiro de 2023<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O manifesto sobre a moradia foi produzido durante as reuniões do ano de 2023; neste ano, entre os temas trabalhados, tratamos questões de moradia e violência policial.

# **APROXIMAÇÕES ETNOGRÁFICAS**



# APROXIMAÇÕES ETNOGRÁFICAS

## —MODOS DE HABITAR O ESPAÇO PÚBLICO

### Paralelo 23oS: há uma São Paulo em conflito (26/08/2022)

Trópico de capricórnio. São Paulo. Cravado em seu centro, Praça Princesa Isabel. Caminho quase semanal, mas nunca habitual. Sua configuração muda a cada engrenagem movida. Há semanas em que pessoas se amotinam no local. Há semanas em que o encontramos cercado por grades e ocupado por forças policiais.

A ausência dos habitantes-nômades é a marca da semana. Tanta vida e sofrimento se apresentava na grama da praça há alguns dias, mas nada se via no agora. O conflito, no entanto, se estende para além do tempo - no embate abstrato entre passado e presente - e, velado aos olhos, alcança a desumanização do sofrimento dos que se relacionavam na praça e com a praça e o seu entorno. Silêncio.

Vejo grades de altura mediana; grama aparada; concreto molhado; um dia acinzentado, tal qual as vestimentas da Guarda Civil Metropolitana, cujo teatro dá-se por meio de três viaturas e de uma base móvel. Pessoas caminham com crianças, com animais de estimação e comentam como a praça está melhor “assim”. Comerciantes também exprimem alívio e sensação de segurança, com a certeza de incremento nas vendas.

### Desvio para o nada: sublimação da vida comum na Praça Princesa Isabel (07/09/2022)

Caminhei por um extenso trajeto para observar a situação dos habitantes da rua no centro da cidade de São Paulo. Em cada rua, em cada esquina, uma profundidade de sentimentos entremeados em um cotidiano bruto.

Chegando à Praça Princesa Isabel, vi novas famílias a se arranjarem no espaço. Vi pessoas nas calçadas ao redor da praça. Ouvi lamúrios, gemidos, eu ouvi a dor. Senti a mão de um homem pesar sobre o meu ombro. Ele pedia alimento e atenção.

Estava acompanhado de uma mulher que tinha o corpo curvado. Ela estava recém transplantada. Contou que uma UBS se recusou a atendê-la. Passava fome, recém transplantada. Ignorada.

Fui até um estabelecimento próximo na tentativa de aplacar o desespero. Em vão, talvez: dor não é apenas fome. Na padaria, um atendente tentou me dissuadir ao narrar que as pessoas da praça jogavam a comida fora sempre. Mesmo assim, ignorando o comentário do trabalhador, comprei uma marmita para o homem e uma para a mulher. Agradeceram. Foram embora. O resto é divagação.

Continuei um caminho por entre aquelas ruas. Vi dezenas de pessoas no chão. Pareciam cansadas, sem autoestima, abandonadas à própria sorte na voraz selva de pedra: São Paulo. Eram mães, pais, avós, crianças. Famílias inteiras sobrevivendo a um cotidiano hostil, imersas em potências destrutivas e de aniquilação da vida, em estado de obliteração da existência e da memória.

### Um lamúrio emudecido. Uma existência apagada. Uma dor que não se sente? (15/11/2022)

Em uma cidade de dinâmicas e movimentações constantes das forças e do poder, voltar-se aos lugares de espanto é inevitável à imaginação dos inconformados. Retornei, pois, passadas algumas semanas, a atravessar a Praça Princesa Isabel para entender como se reestruturaram os modos de vida de seus habitantes.

Deparei-me com o silêncio - ainda mais agudo, ainda mais lascivo. Nada mais estava ali, exceto a procissão teatral da Guarda Civil Metropolitana, cujas viaturas promoviam um verdadeiro espetáculo de segurança encenada. Custei a acreditar que a Praça Princesa Isabel era aquilo mesmo que eu via. Muros verdes, em uma base de concreto, isolavam todo o perímetro da área. Seu acesso era limitado. O espaço público passou a se destinar apenas a algumas pessoas. Finalmente, o esforço público por uma praça “melhor frequentada” resultou em uma paisagem de monumentos como resíduos urbanos, obras simplórias, sem nenhuma perspectiva social ou de saúde coletiva. O espaço se transfigurou para a sublimação de toda existência comum. Nada mais a observar.

*Na elaboração deste trabalho, a observação atenta e continuada do contexto social possibilitou a compreensão das formas de ação institucional na gestão da população e do território na região da Praça Princesa Isabel, com a intervenção estatal: cercamento e expulsão.*

# —HIGIENISMO NAS PRÁTICAS DE ESTADO

## A dependência do crack: arte ou limpeza étnica – um breve relato da cracolândia

Saí da minha casa por volta das 7 horas da manhã, junto ao grande fluxo de carros que levava ao centro, seguia o mesmo rumo a pé, caminhando até o ponto de ônibus, e avistei uma viatura da Polícia Militar (PM) passando com o dobro da velocidade permitida na via. A viatura seguia o rumo contrário dos carros, dirigindo-se à região mais periférica. Subi no ônibus e entrei em seguida no trem, testemunhando por cerca de uma hora e meia os rostos cansados às 8 horas da manhã, até a minha chegada na estação Luz.

Saindo da estação e caminhando pela calçada, tendo ao meu lado direito o Parque Jardim Luz, na calçada havia uma grande quantidade de pessoas deitadas no chão, apenas com pedaços de papelão e cobertas impermeáveis (características de pessoas em situação de rua), no máximo, com uma barraca. Havia cinco PM's distribuídos em cerca de 150 metros, vigiando o movimento.

Fui até o mercado Extra, na Av. Rio Branco, passando pela base da Guarda Civil Metropolitana e pude ver ali uma grande movimentação de viaturas, inclusive com dois policiais militares da cavalaria da PM, montados à cavalo. Encontro pessoas da turma e nos dirigimos ao Teatro de Contêiner Mungunzá, onde me deparo com um verdadeiro oásis em meio ao caos da cracolândia. Vejo as expressões culturais e de militância, como os grafites e o grande rosto de Paulo Freire no muro lateral. Em torno do espaço, havia apenas uma grade, de pouca altura, com menos de 2 metros, que cercava as extremidades e o lado oposto ao mural. A presença de cerca de 60 ou 70 pessoas em frente ao teatro me intrigava, algumas com cachimbos, eventualmente fazendo uso do crack, outras com carrinhos de reciclagem, caixas de som, conversando ou dançando.

Conhecemos Danee Amorim, mulher trans e ativista no coletivo Tem Sentimento. Danee nos mostrou o espaço e explicou como funcionam as diversas atividades, os coletivos que ocupam o local, o trabalho de costura com finalidade emancipatória para mulheres cis e trans, e uma horta comunitária. Apesar da atuação tão interessante dos coletivos naquele espaço, o que acontecia ao lado de fora continuava a me intrigar e capturou minha atenção. Ao observar as pessoas, notei a viatura com câmeras da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Conhecido popularmente como 'dedo-duro', esse carro da CET passou 3 vezes em menos de 10 minutos, em uma rua onde não havia nenhuma movimentação de automóveis.

Depois de 35 minutos da nossa chegada e de conversas sobre assuntos diversos, notam-se olhares e uma certa pausa na mobilidade das pessoas que estavam próximas à grade. Chega então um carro da IOPE (Inspeção Regional de Operações Especiais, órgão da GCM) e 3 GCMs com cassetetes nas mãos para dispersar as pessoas, chegando de maneira imponente, escoltando as pessoas para fora daquele espaço público sem nenhum aviso especial do motivo pelo qual eles não poderiam ficar ali. Enquanto ainda estava lá o carro da IOPE, volta o carro da CET, e instantaneamente, chega um caminhão pipa da Limpeza Urbana da Prefeitura, limpando o espaço onde estavam alojadas as pessoas. Apesar da longa descrição, a ação da GCM foi rápida, não durando nem 3 minutos até o início da limpeza.

Embora não tenha havido uma violência física explícita, a dispersão não foi totalmente pacífica e caracterizou-se como uma limpeza étnica, afigindo e oprimindo de maneira sistemática e institucional pessoas em situação de vulnerabilidade extrema nas ruas e usuárias de crack, em sua maioria pessoas negras, sem recurso à abordagem ou identificação, apenas o fato de estarem na rua, em roupas e condições precárias, além de serem pessoas racializadas, parecia ser suficiente para que as forças de ordem exigissem que aquelas pessoas deixassem o local e se dirigessem para outro lugar.

As forças de ordem agiam naquele dia de maneira coordenada entre diferentes instâncias da administração pública e a presença ostensiva dessas entidades públicas me fez questionar suas relações e a forma como atuam. A CET compartilha com a Guarda Civil Metropolitana as imagens obtidas pelas câmeras em suas viaturas? Então, a GCM coordena a limpeza daquele espaço em contato com a equipe de Zeladoria Urbana? Como se relacionam essas entidades de exercício direto do poder institucional, pensando que cada instância de poder apresenta uma finalidade e um escopo de atuação particular? De qualquer maneira, a atuação convergente dessas forças de ordenamento social, sob a justificativa de administração pública da população e do território, exprime nas práticas de Estado um sentido bem definido de finalidade, que corresponde à incidência regulatória do poder institucional, cuja tradição no Brasil é de autoritarismo difuso e controle social por meio da violência perpetrada por funcionários do Estado, dificultando a sobrevivência em meio ao caos urbano que é o cenário de crise moral e humanitária na cidade de São Paulo.

### Olhando pra rua

O centro da cidade de São Paulo é composto por inúmeros prédios públicos, educacionais, culturais e comerciais. Nesse cenário de intenso vai-e-vem de pessoas, é possível verificar que esse público pertence a diferentes classes sociais, as quais contrastam entre si drasticamente.

A região da Santa Ifigênia é uma área de intenso comércio na cidade. Foi outrora um bairro composto por inúmeras chácaras pertencentes aos barões do café. Recebeu o nome em 1809, por indicação de Dom João VI em homenagem à igreja de Ifigênia da Etiópia, responsável pela difusão do catolicismo naquela região. Naquela época, o bairro já estava composto por uma mistura de classes: elite, estudantes e moradores dos cortiços, além da classe trabalhadora. No final do século XIX, as chácaras foram substituídas por lojas, residências, hotéis, pensões e cortiços, que passaram a ser frequentados intensamente devido à existência de uma ferrovia. No final do século XX, foram implantadas as imensas avenidas e houve a construção de um viaduto. Essa transformação do espaço público trouxe grande preocupação com as condições sanitárias e as recorrentes epidemias naquela região. Atualmente, existem ali duas estações de metrô (São Bento e Luz) e duas estações de trem (Luz e Júlio Prestes).

Desenvolvi o trabalho etnográfico de observação participante durante os meses de agosto e setembro, com especial atenção para a observação da ação policial e do serviço de limpeza urbana na região central de São Paulo. Também, busquei desenvolver um olhar mais atento para “os pequenos” moradores da rua, crianças presentes na dinâmica de vida nas ruas do centro da cidade.

### A limpeza urbana e social

Visita realizada ao Teatro de Contêiner Mungunzá, localizado na rua dos Gusmões, número 43, na região de Campos Elíseos, São Paulo – SP.

Muitos moradores de rua se aglomeravam nas calçadas ao redor do espaço em que está localizado o coletivo Tem Sentimento. Entre vozerio e música alta, aquelas pessoas esperavam, talvez, o lanche ou algum alimento, uma oportunidade de que os portões se abrissem com algum tipo de oferta que significasse um apoio para naquela situação.

Mas, ao invés de chegar o alívio, quem veio foi a polícia militar, com o toque para se deslocarem rapidamente, dois camburões e alguns soldados portando cacetetes, fora dos carros, davam ordem de comando para se movimentarem.

Em seguida, chegou o carro da Guarda Civil Municipal - GCM, tocando os mais lentos ou que insistiam em permanecer no local. Em um roteiro orquestrado, que deu sequência ao quadro “higienista”, veio o carro da Limpeza Urbana. Garis, localizados do lado de fora do carro, varriam as calçadas e as guias da rua com jatos de água, impossibilitando assim que aquelas pessoas retornassem ao lugar onde estavam, pois a calçada agora estava molhada. Lá se foi o vozerio e a música para outro lugar. E, muito provavelmente, o roteiro se repetirá, dia e noite, impossibilitando aquelas pessoas de acharem um pequeno “espaço” de paz e tranquilidade para dormirem.

Ah, e o que pensar dos garis? Vivem quase miseravelmente dos excessos de uma cidade que não cuida das ruas e que não aprendeu a otimizar o seu consumismo. Assim como os policiais ou guardas municipais, são treinados para viver com um “mínimo”, sob rédeas curtas de um Estado administrado por homens que não olham para a rua.

## —CICLO DE VIDA E AS INFÂNCIAS VIOLADAS

### Crianças ao meio fio (08/09/2022)

O meio fio das ruas é composto por uma linha contínua de blocos que delimita, de modo seguro, o que é a calçada e o que é a rua. As calçadas estão destinadas ao fluxo dos pedestres enquanto o meio fio os separa e os protege do fluxo frenético de veículos circulando nas ruas.

Devido às fragilidades inerentes à infância, encontrar uma criança morando nas ruas é algo que nos choca, mesmo quando estão amparadas por seus pais, pois, humanamente, achamos impossível que sobrevivam à violência do meio externo e à aridez do meio fio.

Durante a ação de distribuição de itens aos moradores de rua, eu e alguns amigos íamos ao encontro dos desvalidos, levando alguns lanches, marmitas, água, roupas, sapatos e itens de higiene para pessoas nas ruas do centro de São Paulo.

Nas noites frias, quando abríamos o furgão, uma multidão nos cercava e estendia as mãos, frias e muito sujas, à espera de um pão ou de algo que mitigasse o frio. Chamavam uns aos outros, dizendo: “Vem aí, família! Tem comida para todos!” Alguns estavam reclusos em suas casas improvisadas, construídas com papelão, materiais plásticos, cobertores e tecidos reutilizados, e não saíam do seu reduto de proteção; Outros, num movimento rápido e intenso, traziam suas crianças.

As crianças somente exigiam o que era delas por direito, furavam a fila sem esperar pela sua vez, e avançavam nos pequenos espaços que se faziam entre a multidão e o carro.

Certa vez, conhecemos o Luiz, um menino de uns oito anos de idade, que veio até nós acompanhado por sua jovem mãe. Luiz trazia nas mãos um pequeno saquinho com alguns brinquedos. A princípio, ele não aceitou o lanche e a fruta. Sua mãe nos contou que Luiz tinha vergonha de pedir, vergonha daquela situação, vergonha de aceitar a doação. Eu disse ao Luiz que não deveria ter vergonha, que aceitasse o "toddynho" e o lanche. Ele soltou rapidamente o pequeno saquinho de brinquedos de suas mãos e agarrou a embalagem de suco. Comeu o lanche com vontade, e com fome. Seus olhos brilhavam.

Mais à frente, no canto de um viaduto, Sofia, de seis anos, morava com o avô, a avó e a sua meia-irmã. A mãe de Sofia retornara para o Rio de Janeiro em busca de trabalho, confiando sua filha ao pai. O avô, carroceiro, improvisou um cômodo na quina do viaduto onde viviam. Sofia, menina esperta e muito falante, queria ver e experimentar tudo. Percebemos que estava bem cuidada, pois sua família se esforçava para lhe oferecer um dia por vez, com dignidade.

Virando a rua, conhecemos Marisa, que nos contou que acabara de dar à luz a pequena Fabiana. Marisa nos pediu roupinhas de bebê, fraldas, mamadeiras, leite... itens para a sua filhinha. Os vizinhos, moradores mais próximos, comovidos com o nascimento do bebê, levaram a criança para tomar um banho. Imagine cuidar de um bebê sem recursos para trocar as fraldas, sem roupas limpas, sem um banho diário!

Viramos uma outra quadra e, ali, encontramos várias crianças, umas oito, todas sem sapatos, algumas sem qualquer vestimenta. Estavam lavando os pés na água que corria pelo meio fio da calçada. Em uma torneira improvisada, um adulto pegava água para ferver e outra porção para lhes dar banho, lá na calçada. As crianças corriam, brincavam, brigavam, comiam os lanches, tomavam os sucos enquanto nós procurávamos, entre os itens doados, as roupas que melhor lhes servissem, o chinelo que lhes coubesse nos pés.

Em uma pequena pracinha, encontramos uma mãe com seus filhos gêmeos, eram dois meninos de três anos. Um deles tinha uma grave deformidade nos pés, que estavam virados para dentro, e ele engatinhava no chão. Necessitava, sem dúvida, de uma cirurgia e acompanhamento, a fim de que viesse a ter uma vida melhor. Conhecemos o André, de dezoito meses, portador de microcefalia, vivendo com os jovens pais e uma irmã de cinco anos.

Moravam em barracas montadas ali na praça. O pai de André era carroceiro também. A mãe, principal responsável pelo cuidado de seu filho, estava impossibilitada de trabalhar.

Naquela mesma praça, conhecemos o Sr Juan, que nos procurou buscando algo para comer. Na verdade, pedia para sua filha, Maria, de cinco anos. O Sr Juan repetiu várias vezes que não pedia para si, mas para que a filha pudesse dormir sem fome naquela noite.

Muitas reflexões surgem então à nossa mente. E, mais diretamente, lembramos que um Estado que não protege as crianças mais fragilizadas também não está trabalhando pelo futuro do seu povo. Colocar as pessoas em grau de igualdade é conceder-lhes condições favoráveis para que possam se integrar ao nível das exigências sociais. Não há igualdade se não soubermos visualizar e mitigar os abismos existenciais.

As experiências que culminaram no trabalho etnográfico afloraram um incômodo do qual não é mais possível me desvencilhar. O trabalho de observação em campo, apesar de requerer pouco tempo de exposição, deixará marcas na memória dos alunos da graduação em Saúde Pública, pois nosso deslocamento pelas ruas da cidade já não se dará de forma tão mecânica e apressada, mas estará agora marcado por um olhar mais atento e uma percepção afetada pelas experiências ali vivenciadas.

## —ALIMENTAÇÃO E CULTIVO DO CORPO

### Forças de ordem e população em situação de rua na Av. Paulista

Todos os dias, milhares de pessoas trafegam pela Avenida Paulista, sendo um dos principais trechos da região metropolitana de São Paulo e abrigando muitas sedes de grandes empresas e bancos, onde a elite trabalha confortavelmente em seus escritórios no alto dos diversos prédios que contornam a avenida. Em contrapartida, no chão, dezenas de pessoas tentam sobreviver nas calçadas, alojando-se em barracas e espaços improvisados com papelão, enquanto enfrentam a fome, a sede, o frio, o calor e os conflitos diários com as forças de ordenamento. A Avenida Paulista, onde o contraste social e as desigualdades são visíveis, mostrou-se no exercício de observação etnográfica um cenário de opressão e preconceito provenientes da polícia e das pessoas que passam por ali.

Durante o mês de setembro, percorri toda a extensão da Avenida Paulista algumas vezes, observando como essas pessoas enfrentam as adversidades, se estabelecem no espaço público, se relacionam com a polícia - muito presente na região - e com outras pessoas que circulam por essa região de grande fluxo.

É comum na Avenida Paulista a presença de eventos e manifestações que preenchem a avenida com pessoas de toda a Grande São Paulo. Durante esses acontecimentos a frota policial aumenta significativamente e a ocupação da população em situação de rua muda. Em minhas duas descrições, observei como a polícia se relaciona com a população em situação de rua e, como seu posicionamento e postura é influenciada por essa população.

### **O amor nos tempos de cólera**

Ao subir as escadas que me levam em direção à rua, deixo a estação de metrô Consolação pela saída localizada na Avenida Paulista. Virando a esquina, logo na primeira quadra em frente a uma banca de jornais se encontra uma família de três pessoas, uma mulher negra que aparentava ter 30 anos e duas meninas com menos de 10 anos de idade, provavelmente suas filhas. A mulher está sentada em uma grande folha de papelão, com as pernas enroladas em uma coberta fina, as meninas estão brincando juntas. A mãe se refere às meninas com palavras carinhosas, como: "princesa", "linda" e "flor" enquanto sorri ao vê-las brincando, a relação entre a mãe e as filhas é muito afetuosa. Observando a cena, começo a refletir sobre o fato de que, mesmo em uma situação tão vulnerável e difícil, essa mulher consegue distribuir amor e cuidado às suas filhas. Muitas pessoas trafegam por ali e são poucas as que olham para essa família, parece até que são invisíveis. Então eu me aproximo e entrego as poucas moedas que tinha no momento. A mulher abre um sorriso e agradece repetindo a mesma frase que diz para todas as pessoas: "Deus te abençoe!".

Pude observar que no final dessa mesma quadra, próximos à família, havia dois policiais militares. Ao continuar descendo a avenida, notei que a presença policial sempre ocorre perto das barracas e carrinhos dos moradores de rua. Percebi então que a relação entre os dois, pelo menos na Avenida Paulista, é constante, pois um sempre se encontra perto do outro. Passo a me questionar sobre o motivo dessa proximidade, a polícia se posiciona perto dos moradores de rua para protegê-los ou para reprimir-los?

### **Notícias do planeta água**

Era um sábado ensolarado e extremamente quente na Avenida Paulista. Após andar algumas quadras, percebo a ausência de moradores de rua o que me faz pensar sobre o que pode tê-los feito se deslocar ou se seria apenas uma coincidência. Em frente ao MASP, havia uma multidão de pessoas vestidas como escoteiros, com bandeiras, bonés e camisetas escritas "diga não à violência!". Aproximo-me de uma senhora, que parecia ser representante do movimento e, com certa dificuldade, ela diz que aquela seria uma manifestação contra a violência em todas as suas formas.

Alguns metros ao lado desse movimento, estavam várias viaturas, vans e motos da polícia militar. Ao observar a situação, percebi que todos esses policiais estavam na frente de um grupo de barracas e cabanas improvisadas de moradores de rua. Percebi então que os moradores de rua foram deslocados e reunidos em um lugar onde estavam sendo supervisionados pelas forças policiais. Todas as barracas estavam fechadas ou vazias, e uma em específico despertou minha atenção. Acima dessa barraca, presa a uma grade, havia uma bandeira do Brasil e uma placa de papelão com apenas uma palavra escrita, fome.

Isso tudo acontecia a poucos metros de centenas de pessoas, que, em sua maioria, não enxergavam ou não pareciam se importar com a situação. Seguindo a avenida, passei em um mercado e comprei algumas garrafas de água e alguns bolinhos, como modo de favorecer interações com as pessoas na rua. Logo na esquina, havia um morador de rua sentado em uma folha de papelão, encostado na parede de um prédio em reforma. De maneira engenhosa, improvisou um tripé com alguns canos e, em uma placa com folha impressa, estava escrito "Será que vou conseguir almoçar hoje?". Aproximo-me e ofereço um bolinho e uma garrafa de água, que ele agradece com voz baixa e tímida, abrindo a garrafa de água para se refrescar e hidratar o corpo.

Continuo andando e vejo pouquíssimos moradores de rua. Ao atravessar a rua, em frente a uma galeria, havia uma moradora de rua com uma garotinha, as duas deitadas juntas no chão, ao lado de um carrinho de compras com alguns pertences. Apresento-me e ofereço o bolinho e uma água, que ela agradece e a garotinha, expressando muita felicidade, com um sorriso diz "Olha mamãe, água!". Em dias muito quentes, é perceptível que a sede se torna a grande inimiga dessas pessoas, talvez mais até do que a fome.

A mulher agradece enquanto abre a garrafa de água e a entrega para a garotinha, em uma cena carinhosa.

*Na elaboração das descrições etnográficas, aprendi a observar dinâmicas presentes no cotidiano social que se mostraram extremamente importantes, ainda que sem registro formal em documentos. Observei que a população em situação de rua e as forças de ordem, assim como a relação entre elas, marcam o cotidiano do centro urbano. Porém, raramente essas dimensões recebem atenção adequada ou reflexão profunda para que sejam compreendidas em sua complexidade.*

## —SAÚDE MENTAL E USO DE SUBSTÂNCIAS

### Os praças em praça pública: observação em duas cidades brasileiras

Os exercícios de observação foram realizados em duas localidades: praça Mauá, no Rio de Janeiro; e praça Dom José Gaspar, em São Paulo.

#### PRAÇA MAUÁ – RIO DE JANEIRO

Durante uma caminhada desprestensiosa pela praça Mauá, presenciei cenas que me causaram um certo estranhamento. Na região, havia muitas barracas de comida. Um conjunto de shows gratuitos seria realizado ali e, naquele momento, as barracas se aproximavam do público que começava a encher a praça — antes estavam dispostas por toda a praça. Então notei algo diferente, uma apreensão tomou conta do ambiente, a tensão era perceptível e todos se preparavam para sair correndo. Uma moça ao meu lado soltou uma expressão: *olha o rapa*.

Já sabia o que isso significava: uma operação policial que tem como objetivo retirar da rua os “camelôs”. Foi nesse momento que decidi lançar um olhar etnográfico para a situação. Perguntei-me várias vezes qual era o real objetivo da ação, se os vendedores estavam em local proibido e, se era proibido, por qual motivo? Ou a clandestinidade estaria na falta de um controle sanitário dos alimentos vendidos? Seria um pretexto para que os vendedores não atrapalhassem o movimento dos bares e restaurantes ao redor?

Tantas perguntas, indagações que não podem ser explicadas por uma ética do cuidado.

Num determinado momento, uma moça ao meu lado, chamada Vânia, passou a conversar sobre aquela ação. Afirmou que acontecia aquilo pois os

ambulantes estavam fora da área delimitada por uma grade, localizada próximo ao transporte modal por bondinho, logo atrás. Confiei em sua palavra. Afinal, ela era moradora da região, um ator social confiável ou “informante privilegiada”. E também, ao observar as barracas que estavam atrás da grade, os trabalhadores permaneciam em tranquilidade (ao contrário daqueles que estavam correndo da polícia para impedir a retirada de seus produtos e, em consequência, o prejuízo financeiro em contexto laboral sem garantias).

Eu não podia deixar de pensar que as pessoas estavam trabalhando, e questionava interiormente se aquela era a melhor atitude de gestão pública do espaço e da população que buscava uma atividade econômica? Será que esse tipo de ação não acaba por exacerbar os transtornos sociais? Percebi que havia muitas crianças acompanhando seus pais no trabalho informal e o confisco das mercadorias e materiais de trabalho, além das perdas financeiras, colocava aqueles trabalhadores e suas famílias em risco de agravos à saúde mental, com consequências de estresse tóxico e sistemático que pode impactar o desenvolvimento infantil e ter efeitos em todo o ciclo de vida. Qual é o objetivo de simplesmente apavorar e gerar uma instabilidade generalizada naquele grupo de pessoas, que se encontram privadas de alguns de seus direitos fundamentais, lutando pela obtenção de meios para sobreviver em um país que, consistentemente, parece se afirmar contra elas?

#### PRAÇA DOM JOSÉ GASPAR – SÃO PAULO

As pessoas sem domicílio fixo, em situação de rua, estão frequentemente em regiões centrais da cidade de São Paulo, e a praça Dom José Gaspar, localizada no bairro da República, é um local de passagem e eventual concentração dessas pessoas. Todas as vezes em que me dirigi a essa região, observei situações em que o uso da força policial era naturalizado e parecia não despertar incômodo nas pessoas ao redor.

Ao chegar de ônibus, notei a presença massiva de policiais na região. Estavam sempre em grupos com mais de 4 pessoas, exercendo uma posição de poder declarado e ostensivamente performatizado em relação às pessoas vivendo em situação de rua, marginalizadas e vulnerabilizadas pela inefetividade do direito à moradia. A presença policial transmitia um certo alívio para os problemas de segurança em uma grande cidade, incluindo em minha própria percepção do espaço.

Uma situação instigante é a construção social de que as pessoas em situação de rua são malvadas e representam um perigo, o que contribui para sua

demonização popular. Enquanto eu pensava sobre esse aspecto de interação microssociológica na rua, fui surpreendido por um homem que verbaliza palavrões de natureza sexual, em alto tom de voz, repetidas vezes. Ao observá-lo, notei que carregava muitas sacolas em seu corpo, e tinha a imagem evidente de embriaguez.

O grupo de policiais que permanecia próximo ao evento exagerou em sua voz de autoridade, buscando silenciar o homem por sua posição de poder institucional, cujo monopólio da violência é considerado legítimo. O homem pouco se importou, seguindo seu caminho e ignorando o agente policial enquanto continuava a gritar. Tal acontecimento, que durou alguns minutos, despertou diversas questões em meu pensamento. Por que aquele homem vivendo em situação de rua, no estado em que se encontrava, gritava palavrões, xingamentos? Suas sacolas estavam vazias e inutilizadas, então para quê e para onde ele as carregava? O homem exercia algum potencial de perigo, a ponto de causar “medo” nas pessoas que circulavam ao redor, ou sua presença infringiu um repertório moral e estético do qual ele não faz parte?

## —BUSCANDO A VIDA NO LIXO: QUESTÕES DE SAÚDE PÚBLICA

### Excesso e escassez no bairro do Morumbi

O Morumbi é, tradicionalmente, um bairro de elite. As áreas que o compõem são, em sua maioria, residenciais, e as casas foram projetadas nos anos 1970 e 1980 por arquitetos emergentes, e para uma mesma elite emergente da geração Baby Boomers. Por esse motivo, o policiamento no Morumbi (estatal ou particular) é ostensivo, sendo incomum encontrar pessoas em situação de rua no território, em resultado das ações patrimonialistas do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) desde os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) ocorridos em 2006, em uma das principais avenidas do bairro.

Toda quarta-feira, o bairro vira sede de algum jogo de futebol, por motivo da localização do estádio do São Paulo Futebol Clube, no final da avenida em que está localizada a estação da linha amarela da CPTM.

O bairro do Morumbi se tornou recentemente de fácil acesso e o contingente de transeuntes aumentou significativamente. Nos dias de eventos,

o policiamento do bairro se volta para o entorno do estádio e, levados pelo movimento dos torcedores que ocupam as ruas mais ermas, a população de rua invade os espaços residenciais, sobretudo à procura de alimentos que possam ser reaproveitados do lixo. Nesse contexto, desenvolvi o trabalho de observação etnográfica durante os meses de agosto e setembro, com especial atenção para as diferenças de policiamento durante os jogos semanais de futebol e um evento internacional no Estádio Cícero Pompeu de Toledo.

### Quando a rua se autoriza a mostrar seu rosto (05/09/2022)

De início, suas mãos buscavam por alimento. Encontrou um copo de iogurte ainda com o lacre de alumínio, meio saco de pão de forma - possivelmente embolorado, mas com seu valor nutricional – e alguns restos de frutas em estado considerável. Guardou-os de lado e deu início à segunda parte da busca. Tirou uma mochila nova, compactada como uma folha de papel, e a etiqueta pendurada, de dentro de um dos sacos. Abriu o zíper, fechou, abriu outra vez, e guardou ali dentro a comida que recolheu. Ele tinha uma mochila nas costas, em condições insalubres, mas não quis – ou não pensou – em se desfazer dela e trocar seus pertences de lugar. A nova mochila seria incorporada às suas posses, junto com a refeição deixada pelo dono daquele lixo luxuoso.

Mas o que um morador de rua faz com uma capa de terno? Pensei. Ele pensou também, por um bom tempo, sem, no entanto, chegar a qualquer conclusão que parecesse óbvia para mim, que observava sem intervir. Retirou a capa verde da Brooksfield de dentro de um dos sacos e olhou para os dois lados; sentiu o tecido do qual era feito; testou o zíper da frente; cobriu-se e se enrolou com aquele objeto. Seu olhar não expressava qualquer diferença sensível a cada novo gesto que fazia para descobrir a função da capa. Era um olhar fixo e objetivo, utilitário. Guardou a capa na mochila nova e saiu sem parar em outra casa, em direção à avenida que leva ao Estádio.

Durante a coreografia executada por aquele homem, que examinou criteriosamente os três sacos de lixo que se encontravam na sarjeta, pude reconhecer algumas crianças vivendo em situação de rua e que sempre passam por ali, normalmente pedindo comida. Naquele dia, tocaram a campainha das casas e correram até o final da rua.

Apesar da falta de policiamento oficial, os flanelinhas – com sua autopropaganda autoridade em dias de jogos – tentam manter esse tipo de

“infortúnio” longe das casas de família, sem grande sucesso. O que fica, no entanto, para quem vê, é a imagem da disputa que se estabelece na própria rua entre os atores esporádicos que ditam a dinâmica desses dias excepcionais, fora da “normalidade” do bairro. O cheiro de churrasquinho de gato dos carrinhos que estacionam nas esquinas é sempre seguido de interjeições de “xo” ou “nãos” categóricos: todos lá buscam sobreviver de alguma forma, mas o mero vislumbre de uma possibilidade de renda por parte dos vendedores ambulantes já os coloca em posição de autoridade, tratando as crianças de rua como se fossem baratas famintas, correndo pelos cantos em busca de qualquer resto não vendido naquela noite, para preencher o vazio físico da falta de amparo.

**Nas tardes frias de setembro, ela dança enquanto revira o lixo cantando (09/09/2022)**

O mês de setembro começa com um show internacional no Estádio do Morumbi, ingressos esgotados. É domingo, dia tradicionalmente reservado para os jogos de futebol, mas com alteração da agenda habitual em função do feriado de 07 de setembro naquela semana. Com tantos acontecimentos que ocupam a programação do Estádio no início do mês, o policiamento da região sofre algumas alterações significativas. Desde cedo, as viaturas da PM se concentram nas imediações do Estádio e, também, ao longo das avenidas que dão acesso às ruas residenciais do bairro.

Em meio a esse cenário, encontro uma mulher que revira os sacos de lixo das ruas mais afastadas, cantando alto, feliz, com a maquiagem borrada e as roupas mostrando grande parte de seu corpo, apesar da temperatura oscilante. Ela carrega um saco de lixo nas costas e nada parece prejudicar o bom humor que marca sua presença no espaço. Parece que não há frio, não há fome ou miséria, apesar dessas três condições estarem estampadas em sua imagem; também, parece que o fato de uma travesti percorrer as ruas revirando os sacos de lixo não causa espanto ou problema aos moradores, nem autoriza que os guardadores de carro venham a mexer com ela naquele dia, como aconteceria em outras situações.

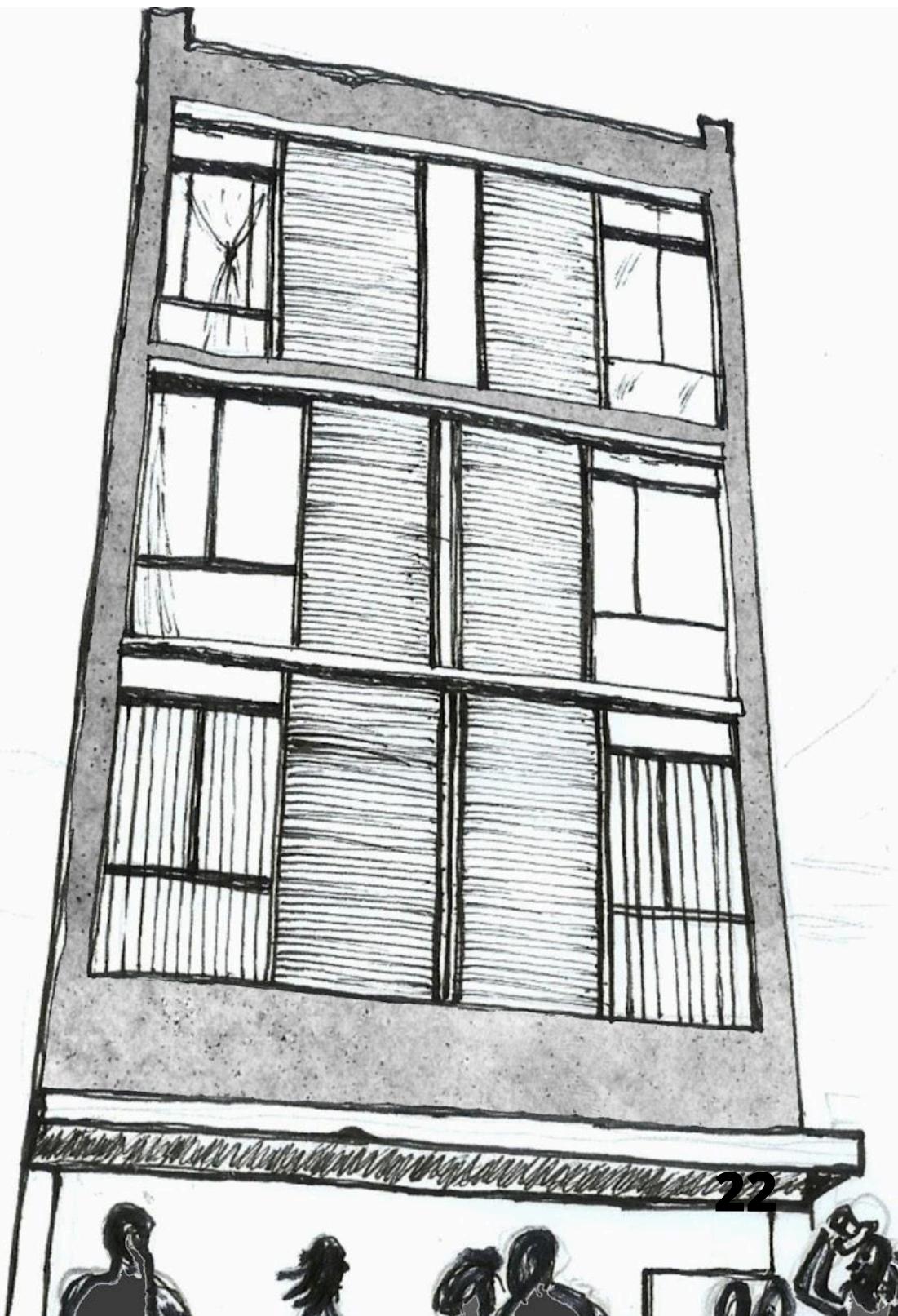
Não procura comida. Parece que seu interesse nos sacos de lixo do bairro está em descobrir quais os tesouros que a pequena-burguesia do Morumbi descartou ainda sem uso, com vistas a aumentar suas propriedades.

A melodia que entoa com vigor é acompanhada de movimentos dançados, que se desenham com os braços abrindo um saco de lixo, e

depois outro; ela chega a colocar alguns panos que encontra na rua em frente ao corpo, como se os experimentasse como roupas, mas não decide por nenhum que tenha merecido levar consigo.

Não é possível identificar que música ela canta porque parece mascar alguma coisa, que mantém em sua boca enquanto está cantando. Seu olhar encontra o meu, e ela sorri pra mim. Então, oferece-me uma piscadela com o olho esquerdo, como se fosse uma despedida.

# OLHE PRA RUA



**SILÊNCIO,  
AGORA É  
MINHA VEZ!**



# SILÊNCIO, AGORA É MINHA VEZ!

## De onde vem a formulação GCM não deixa dormir?

É uma passagem do texto que apresentei na forma de um monólogo performático.

O texto se chama *Silêncio, agora é a minha vez!*

Esse trecho está logo na abertura, e diz assim:

*Faz quatro dias que eu não durmo  
Sabem o porquê?  
Porque o Estado não deixa  
Porque toda vez que eu me deito em uma  
calçada para dormir  
Eles vêm e me expulsam  
Com tiro, porrada, bomba e gás lacrimogêneo  
E me mandam pra outro lugar  
E pra outro lugar  
E pra outro lugar  
E pra outro lugar*

## Como você teve a ideia de escrever esse texto?

Eu realizo uma residência artística no coletivo Tem Sentimento. Então, eu observo muito o território da Cracolândia. E aconteceu que no começo do ano passado a GCM começou a dispersar o pessoal em ações contínuas, uma ação policial que não tinha fim. Era todo dia, toda hora. As pessoas tinham que ficar andando de um lado pro outro durante 24 horas, realmente não tinham sossego. Esse era um mecanismo para a pessoa ficar tão estressada com aquilo, e ir embora. Então, eu fui contando os dias. Eu ficava acordada até bem tarde, observando. Na calçada da Rua dos Protestantes havia muitas malocas, é ali que o morador de rua sempre monta a barraca dele. O pessoal ia dormir naquela calçada, mas eles não dormiam, eu contei que eles não dormiram por quatro dias consecutivos.

O título desse trabalho artístico: *Silêncio, agora é minha vez* busca representar uma pessoa do fluxo que cansou de escutar sobre ela, e então resolve falar. Uma pessoa induzida à revolta pela privação do sono.

O monólogo é um trabalho bem curto, dura uns 20 e poucos minutos. Eu apresentei na *Mostra Solo Mulheres* no teatro Mungunzá, no ano passado.

Essa fala sobre o Estado não deixar dormir surge porque se trata de uma pessoa do fluxo que cansou, ela só quer dormir. No desenvolvimento do texto e da performance, o que se revela é o objetivo da pessoa de conseguir dormir. E termina com um questionamento: para onde ela está sendo expulsa, se não tem pra onde ir? Afinal, se ela chegou na rua é porque não tem pra onde ir.

Na peça, as pessoas têm uma leitura da personagem como drogada, mas na verdade ela está bêbada de sono, são quatro dias sem dormir.

## Você pensou em alguma pessoa específica para compor a personagem?

No começo eu pensava em retratar uma pessoa trans, mas no texto foi se tornando uma personagem sem gênero. Afinal, aquela situação retratada acontece para qualquer pessoa.

Durante a peça, não há troca de roupa, pois eles não trocam de roupa. A apresentação começa com a música *Clair de Lune*, de Claude Debussy. É uma sinfonia, música de dormir. Eu começo dançando uma sequência de balé contemporâneo e tem uma pessoa que está representando os GCMs, mas unicamente através de sons (de bombas e de xingamentos).

## Esse trabalho evoca diretamente questões de saúde mental?

Sim, isso está no texto a partir de algumas coisas que não fazem sentido. Mas não tem como as coisas fazerem sentido na situação em que as pessoas estavam vivendo. Esse foi o resultado e o objetivo da ação policial: criar por intervenções físicas o estado de loucura e confusão mental. As pessoas não podiam parar de se locomover. E não estavam usando drogas nesses dias, pois não podiam exercer suas atividades de coleta de recicláveis. Então essas pessoas não tinham dinheiro pra comprar drogas e nem pra se alimentar. Também, a GCM não permitia as ações de entrega de alimentos no território. Na verdade, isso ainda acontece. Alguns coletivos são mais visados pela GCM mas contam com medidas protetivas, como autorizações formais para atuar na região. Então a GCM aborda em menor número e vai cometendo essas violências isoladamente. Não tem explicação, eles agem pela violência, conforme aconteceu recentemente com a Leona e a Amanda, entregando marmita. Só não continuaram batendo porque a Amanda mencionou um nome da equipe do Suplicy. Infelizmente, essa situação é muito rotineira e

acaba sendo um acontecimento normal no território.

Na peça, o texto não deixa claro se a personagem é usuária de drogas ou não, ela pode ser uma pessoa que está na rua porque não tem pra onde ir, ela não tem onde dormir! Porque a polícia não faz distinção. É muito raro que os GCMs consigam diferenciar uma pessoa que está em situação de rua por circunstâncias da vida e uma pessoa que está na rua por conta do uso de drogas. Eles exercem uma violência que já se tornou comum na vida de todos.

Existe um recorte de raça e gênero. Amanda como uma mulher negra e, talvez, o fato da Leona ter apanhado por ser uma travesti. Talvez eles tenham pensado que era mais uma travesti drogada que se prostitui no entorno.

No ano passado, houve uma ação policial que prendeu momentaneamente várias pessoas do coletivo *Teto, Trampo e Tratamento*. Então nós fomos liberados, mas os usuários ficaram algemados na delegacia por muito tempo. Nesse dia, a polícia civil chegou atirando com balas de borracha. Quem desceu primeiro do carro da polícia foi uma equipe de jornalismo da TV Bandeirantes.

Chegaram atirando e não deixaram ninguém sair pela Av. São João. Antes disso acontecer, já tinha um carro da Polícia Militar parado no meio da rua. Foi algo bem planejado, pois o carro já estava esperando. Quando começou a atividade do *Teto, Trampo e Tratamento*, então esse carro da PM começou a mandar todo mundo descer, com objetivo de aglomerar o pessoal. A atividade acontecia na Rua Helvétia, onde se estava permitindo que o fluxo se concentrasse. Perto de uma tenda que oferecia banheiro químico para o pessoal.

Então, os carros da polícia civil fecharam o acesso da Av. São João e ninguém mais conseguia passar por ali. O que mais me dava medo é que não tinha como conversar com eles. Mandaram todo mundo sentar no chão. Tinha um usuário que parecia estar com algum problema de locomoção. Ele estava se levantando com muita dificuldade para se deslocar até onde estávamos sendo direcionados, mas o policial atirou no calcanhar dele. Eu não sei se eram balas de borracha, pois fez um estrago muito grande no pé dele. Estava totalmente desarmado e sem oferecer resistência. Ele teve que subir a rua até conseguir alcançar os outros, e sentou ao meu lado. Com o pé sangrando,

ali o que ele precisava era de uma assistência mas estava sendo agredido pelo próprio Estado. Eu perguntava: "ninguém vai ajudar ele?", e o policial mandou eu calar a boca, apontava a arma pra cara de todo mundo, estava muito despreparado.

A ação do coletivo *Teto, Trampo e Tratamento* acontece toda quinta-feira onde está tendo a concentração do fluxo. O intuito da ação é levar atividades culturais para aquelas pessoas. É como se fosse um show de calouros, em que se apresentam as pessoas do próprio fluxo. Eles organizam na hora, quem quer cantar ou apresentar alguma coisa pode dar o nome, depois tem uma votação pra ver quem ganha. É bem legal. Mas nesse dia da ação policial, não deu tempo de realizar essa atividade.

A gente usava uma bicicleta da Cia. Mungunzá de Teatro, com caixas de som e equipada para facilitar a interação com as pessoas que estão na rua. Essa bicicleta foi feita através de um projeto e era utilizada por vários coletivos que realizam ações no território. Nesse dia, ela foi apreendida pela polícia civil e até hoje não a devolveram. Já obtivemos ordem judicial para que a bicicleta fosse devolvida, mas o delegado não seguiu as ordens do juiz.

O que aconteceu ali, em plena ação do coletivo TTT, é a criminalização do movimento social atuante no território da Cracolândia.

***E eles sempre vem atrás  
Para me expulsarem de novo  
Com o tempo  
Eu comecei a achar isso tudo muito  
engraçado  
Porque eu não sabia  
Que eles são pagos  
Para brincar de gato e rato***

**Nesse dia, então, foram várias forças de ordem agindo de modo coordenado?**

Isso mesmo, em São Paulo parece às vezes que tem mais polícia do que crime. E também, às vezes a polícia é conivente com alguns crimes. Na esquina da rua Vitória com a avenida Rio Branco ocorrem frequentemente assaltos a carro, em que o assaltante quebra o vidro do carro. Um dia eu estava indo treinar na academia e tinha um ônibus preto do BOPE e vários policiais enfileirados. Uma pessoa quebrou o vidro de um carro muito perto deles, pegou o celular do motorista, e os policiais não

fizeram nada. Eu vi isso acontecendo na minha frente, mas não dá pra saber qual é a relação ou qual é o interesse.

A ação das forças de ordem determina como se dá a vida na Cracolândia. O dia começa com ações institucionais de segurança pública coordenadas com a limpeza urbana, uma lavagem da rua no momento mais frio do dia (no amanhecer). Geralmente as pessoas do fluxo só vão dormir depois da lavagem, ou se estão dormindo devem se levantar. Às 11h da manhã, jogam bombas, e a partir daí não tem horário certo. Durante o dia, os policiais ficam dispersando as pessoas de um lado pro outro e pode haver bombas ou truculência a qualquer momento.

O fluxo passa o dia inteiro mudando de lugar, começando pela ação de limpeza, que obriga as pessoas a se locomoverem. Esse é um movimento que eu considero mais natural do fluxo, e que já acontecia desde que ele ficava na Al. Dino Bueno. Outro movimento é a GCM vir de tempo em tempo dispersando as pessoas: mandam para a rua de cima; e lá em cima tem outro grupo de GCMs que manda eles irem pra baixo. Essas são as técnicas de gestão pública da população no território. Ações com maior violência e o uso de bombas acontecem mais à noite. O horário certo das ações policiais é à noite, às 23h ou meia-noite eles começam a jogar bombas e aterrorizar. Isso se explica pois muitos movimentos e organizações que atuam no território são feitos por pessoas que não moram ali. À noite as ações policiais não têm nenhuma visibilidade. Só quem passa a noite ali pode ter alguma ideia, e grande parte através de barulhos e sons que vêm da rua. Na época em que ocorreu a ação de dispersão da Cracolândia, no começo de 2022, era bomba 24 horas por dia!

Foram dois meses de observação durante a pesquisa para esse trabalho. Meu ponto de observação é o entorno do teatro, em que há aglomeração também. Mas em alguns pontos de maior concentração de pessoas, principalmente a Praça Princesa Isabel naquela época (antes da dispersão), as ações policiais podem ser bem piores à noite.

Houve vezes, com o coletivo *Teto, Trampo e Tratamento*, de irmos até os locais em que o fluxo está, e chegar a GCM para dispersar. É um pandemônio. Muita correria, muita gritaria. Eles aproveitaram para bater em algumas pessoas. Um GCM jogou gás de pimenta na minha cara, você acredita? Do nada. Eles sabem em quem eles batem.

Existe um critério racial e de gênero, além da transfobia. Como justificativa, vão falar que era alguém do fluxo.

A população do fluxo é a maior parte de homens negros. Tem mulheres também. E tem gente branca, mas percebo pelas abordagens policiais que o critério racial é um diferencial na forma como se pode viver na Cracolândia. Tem muitas pessoas trans e por isso é uma zona de prostituição. Existe também a questão da Cracolândia ser um refúgio para pessoas que são estigmatizadas na sociedade. Mesmo sendo um lugar de opressão, essas pessoas começam a fazer parte de um corpo só então existe um nível de integração que elas não encontram na sociedade. Ali serão apontadas pelo uso de substâncias, e não por ser trans (por exemplo). Por mais que seja uma constatação cruel, isso atrai muitas pessoas para aquele lugar. A pessoa meio que perde a identidade dela. Ninguém ali vai falar o seu nome. É o noia.

#### **Como as pessoas se organizam em grupos, famílias ou casais vivendo na rua?**

Já vi algumas crianças e famílias, mas nunca sei se moram na região ou se moram em outros lugares e vêm para o centro. A família que tem é assim: o pessoal se casa lá mesmo.

Para o homem é muito difícil estar na rua, nós sabemos. Mas para uma mulher é muito mais difícil e perigoso. Para uma pessoa trans é ainda mais difícil e perigoso. O que acontece é que as mulheres se juntam com um cara porque ele vai oferecer algum tipo de proteção para ela naquele contexto. Existe uma grande rotatividade de casais e isso acaba sendo uma redução de danos. Muitas mulheres grávidas, existe um percentual grande. Elas se juntam, algumas fazem programa, e podem engravidar. Chegam a ter a criança e depois voltam pra rua e tudo recomeça... Para uma mulher é realmente impossível dormir na rua sozinha. Então ela precisa ficar com um cara, mas essas relações podem envolver bastante conflito. Essas violências ficam muito aparentes porque não existe parede, a vida no território é muito pública, não existe privacidade. E assim esse conflito e violência de gênero vai sendo maximizado.

Ainda assim, com essas questões específicas sobre a situação da mulher vivendo na rua, os coletivos e serviços que oferecem moradia têm mais vagas para homens. Eu questiono muito isso, no serviço de acolhimento da prefeitura a maior parte das vagas é para homens, uma porcentagem muito

menor pra mulher cis e menor ainda pra mulher trans. Um homem acaba sempre ajudando o outro, e a política está sendo feita por homens. Essa falta de segurança e condições agravantes para a mulher na rua cria um ciclo de vulnerabilização em que as mulheres passam por vários homens e acumulam uma trajetória de violências, incluindo a gravidez, a gestação e o parto.

Já ouvi falar em casos de aborto mas não tenho muita informação sobre isso. Já houve experiências de parto na rua, ouvi falar em uma enfermeira. Mas depois a GCM não deixou mais ela atuar. Porque esse tipo de serviço só chega se a GCM deixar. Mesmo com tanta demanda de saúde, é difícil o acesso à população para prestar qualquer tipo de suporte, pois se a GCM não quiser não chega.

#### **Como você identifica as principais questões de prejuízo à saúde?**

No território encontramos muitas situações de mutilação. Já vi gente que, de tanto acender o isqueiro para fumar o crack, só tinha um toquinho de dedo, a mão estava em carne viva. Teve outro que parece que foi roubar um fio, não sei o que aconteceu na hora de manusear, e ele decepou uma parte da mão. E ele vivendo. Sem nenhum tipo de cuidado.

Essas pessoas não acessam o sistema de saúde por medo de receberem alguma punição. Eu via as condições de saúde e deterioração do corpo porque o coletivo entregou marmita durante muito tempo. E na hora de entregar comida, ao olhar para a mão das pessoas, podíamos ver que a mão estava destruída, às vezes precisando de alguma intervenção de cuidado ou cirurgia. A falta de acesso à saúde é resultado de diversos fatores, incluindo a dificuldade de contato das equipes de saúde com essa população, quando a GCM não quer. E a última coisa que a GCM deseja é que essas pessoas tenham saúde.

Acredito que existam mais casos de HIV e Tuberculose. Muitas vezes a pessoa tem acesso ao diagnóstico mas não ao tratamento, vários meses sem tomar a medicação antirretroviral, por exemplo. Mesmo em São Paulo não tendo muitos casos de tuberculose, ali é um foco. Em situações de emergência, como a pandemia de Covid-19, pode ser complicado também. Não sei como fizeram o mapeamento quando estava mais forte... chegaram a falar que por tomarem muita cachaça, os moradores de rua não pegavam, por terem essa

imunidade. Porém, um estudo mostrou grande percentual de casos de moradores de rua com Covid-19. Quando a vacina chegou, eu lembro muito bem, foi a vacina da Jansen, no dia 1º de Julho de 2021. A vacina foi aplicada na Unidade Recomeço, na Rua Helvétia, mas a maioria que estava lá só tomou a 1º dose, não houve acompanhamento. Assim é muito difícil.

As pessoas deveriam ter acesso à inscrição em programas de assistência por meio do CRAS. Mas uma parte das pessoas não tem RG, porque se perdem muitos documentos nas ações policiais e quando tem um “rapa” (remoção). Eles levam embora medicamentos e também os documentos, as pessoas ficam sem nada que é delas, sobrando apenas o crack e o álcool. A substância que mais se consome é o álcool, mas o crack tem um impacto maior na opinião pública. Essas ações têm o objetivo e o resultado de desmobilizar as forças sociais e políticas que estão agindo no território.

Às vezes é discutida a proposta de uma sala para o consumo de drogas. Em contrapartida, em uma reunião dos comerciantes da Santa Efigênia com o Vice-Governador, foi discutido um plano para aumentar os poderes da polícia, para que não dependam do delegado para decretar a prisão ou encaminhar para uma internação. Além da instalação de câmeras no espaço público para vigilância e, de acordo com o histórico da pessoa, existe a ideia de que ela seja proibida de circular pelo Centro.

Dessa maneira, analiso que a sala de consumo é uma cortina de fumaça. Como funcionará essa sala? Se as pessoas serão excluídas do território, quem terá o acesso a esse lugar? Desde as primeiras discussões, a proposta não parece estar voltada para a construção de um lugar democrático. Existe um movimento dos coletivos para realizar um seminário de discussão das Políticas de Redução de Danos. Nos espaços de acolhida, sabemos que existe uma carência de vagas para mulheres, e como será nessa sala de consumo?

Enquanto os policiais atuarem como juízes, a situação continuará muito difícil. Por exemplo, se um policial aborda uma pessoa na Cracolândia com alguma droga em quantidade para consumo próprio, ou até mesmo com uma moeda no bolso, ela é taxada de traficante. Entretanto, se isso acontece em região branca, com dois papelotes de cocaína e 100 reais no bolso, a pessoa é usuária.

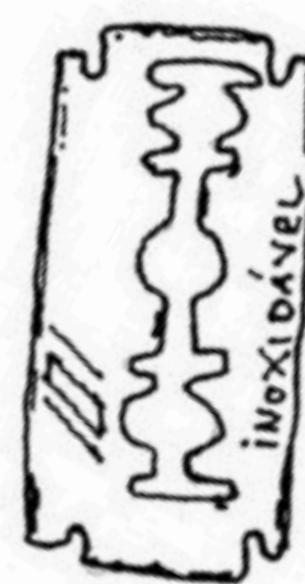
## Há muitos prédios vazios na região central de São Paulo, não é?

Exatamente, são muitos edifícios sem função social no centro de São Paulo. No entorno da Cia. Mungunzá existe um prédio abandonado que funcionava como hotel na época de ouro da Estação da Luz, e com o tempo ele virou uma ocupação. Era como uma “favelinha”. Agora é um prédio tombado como patrimônio histórico, pois quem cuidava desse prédio e ficava com essa jurisdição era a GCM, com objetivo de manter o prédio. Entretanto, a GCM sumiu com esse documento de tombamento, permitindo que o prédio fosse demolido para a construção de uma PPP (parceria público-privada), como se fosse um prédio da Prefeitura. A Cia. Mungunzá se mobilizou rapidamente para ocupar o território, senão naquela região haveria mais prédios de PPP.

Existem prédios vazios, mas também tem ocupações. A Cia. Mungunzá sobrevive porque essa ocupação foi em grande parte de homens cis, brancos e letrados, mas a maioria é geralmente de mulheres negras, que não terminaram os estudos e então a polícia se sente ainda mais no direito de expulsar essas pessoas. Vale lembrar que a ocupação tem uma função social, existem prédios para suprir essa demanda mas não existe o interesse nisso. A moradia está na Constituição Federal como direito, mas na prática é mercadoria.

Eu acho que o mais difícil é ver pessoas como eu sofrendo e com dificuldade de acesso às Políticas Públicas unicamente por serem quem elas são. Isso vai distanciando as pessoas da sociedade, vai produzindo ainda mais segregação. E eu acho que ninguém deveria ser segregado apenas por ser quem é.

Acredito que o futuro com dignidade para essas pessoas vulnerabilizadas passa pela Redução de Danos, que é pensada, discutida e praticada há muitos anos no É de Lei. Precisamos entender, como sociedade, que a acolhida sem julgamento faz parte de uma abordagem do cuidado. Queremos cuidar! E a pessoa só vai se sentir segura para procurar esses lugares que reduzem danos em potencial se ela se sentir respeitada.



**DANEE AMORIM**

*Coletivo Tem Sentimento  
Centro de Convivência é de Lei*

**MAS VAMOS VOLTAR  
AO ASSUNTO PRINCIPAL  
JÁ QUE EU NÃO POSSO DORMIR AQUI  
VOU ENTÃO DECLAMAR MEUS  
PENSAMENTOS E OPINIÃO  
QUE IRONIA  
EU TENHO OPINIÃO!  
VOCÊS SABIAM DISSO?  
VOCÊS IMAGINAVAM ISSO?  
VOCÊS COGITAVAM ISSO?  
VOCÊS ESTUDARAM ISSO?**

**FÓRUM - GCM  
NÃO DEIXA  
DORMIR**



# FÓRUM — GCM NÃO DEIXA DORMIR

## —A ARTE DA VIDA E DA RESISTÊNCIA EM UM TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO

A Cracolândia é um lugar de intensidades. Cheguei à região da Luz há mais de uma década, com a companhia de teatro Pessoal do Faroeste, onde pude vivenciar de perto a cultura e a resistência que emergem das entranhas desse território tão marginalizado. Esse território não é apenas um lugar físico; ele é fruto de um longo processo de exclusão e negligência do Estado, que trata a vida e a dignidade de sua população como meros detalhes que podem ser ignorados. Lá, os ciclos de violência se repetem. Estar ali todos os dias não é só uma questão de ocupação de um espaço público sem função social; é um ato de sobrevivência, um gesto de teimosia contra um sistema que tenta, a cada esquina, nos invisibilizar, nos empurrar para fora, para a margem.

Considerando as questões sociais e a historicidade desse território marginalizado, desde o momento em que a Estação da Luz começou a ser criada e a cidade de São Paulo se expandiu a partir de lá, a Cracolândia assumiu um papel complexo e desafiador. É um lugar onde o Estado se faz presente, mas de uma forma perversa. Com o avanço da chamada “Operação Caronte”, que, ironicamente, leva o nome do barqueiro grego que transporta as almas para o mundo dos mortos, os moradores da Cracolândia, em sua maioria pessoas pretas e pobres, são tratados como zumbis, como não humanos. O Estado atua para privá-los do sono, da tranquilidade, da dignidade. É um verdadeiro laboratório a céu aberto, onde a população é submetida a experimentos de dor e privação, em que caminham de rua em rua, sob o sol, muitas vezes descalças, enquanto os policiais as empurram sem descanso.

Já vivemos outro tipo de abordagem, de uma perspectiva de Redução de Danos, em que a população usuária de substâncias na Cracolândia podia contar com um teto, uma ocupação e alguma segurança. É assim que deve ser pensado o cuidado para o território. Foi o que aconteceu no programa “De Braços Abertos” em 2014, que oferecia quartos de hotéis para as pessoas dormirem, trabalho e oficinas para ajudá-las a retomar a autoestima e, eventualmente, a vida. O simples fato de ter seis a oito horas de trabalho já era uma chance de passarem esse tempo sem consumir drogas e terem um salário digno. Esse projeto não era perfeito, mas era humano. Depois, veio a gestão seguinte da prefeitura de São Paulo, que tirou de cena o “De Braços Abertos” e implementou o “Redenção”, uma palavra cristã. Pergunto-me: redenção para quem? Para a prefeitura, que decide unilateralmente que essa população precisa ser “sacrificada” em nome de uma suposta salvação da cidade? Que tipo de redenção é essa que ignora as demandas reais desse território?

Infelizmente, não há como esconder o racismo e a transfobia entranhados nesse tipo de abordagem. A violência é potencializada quando quem está na linha de frente é uma mulher preta, como minha colega, ou uma travesti, como eu. É como se a sociedade decidisse que não deveríamos estar ali, que aquele território é apenas para “os marginalizados” e que, se estamos ali, merecemos sofrer. Esse sentimento de invisibilidade, de desumanização, é constante, e o mais doloroso é saber que ele é intencional. Eles enxergam o território como um espaço de exceção, onde os direitos não precisam ser garantidos, onde a brutalidade é normalizada.

E quem melhor para pensar o cuidado e a transformação desse território do que nós, que estamos nele há tanto tempo? Os artistas e ativistas dos direitos humanos, que ocupam a Cracolândia há anos, conhecem as necessidades dos moradores e dos usuários, sabem das suas histórias, das suas dores e dos seus sonhos. Onde os pés pisam, a mente está; onde a mente está, é onde os pés pisam. Estamos em contato direto com o fluxo, com os usuários e com os moradores. Ouvimos suas vozes, suas demandas. É essencial que sejamos ouvidos no processo de repensar a Cracolândia, pois não existe cuidado verdadeiro sem proximidade e empatia.

Na Cracolândia, muitos direitos são violados, constantemente. Sem qualquer estrutura básica, essas pessoas são empurradas cada vez mais fundo em suas tragédias pessoais, naturalizando a violência, a fome, a ausência de qualquer cuidado. Esse processo de desumanização não é por acaso.

Não estamos falando de uma crise ocasional ou de falta de recursos. Estamos falando de um projeto sistemático de precarização da vida, que reproduz o racismo e a desigualdade estrutural de nossa sociedade. A Cracolândia é um espelho que reflete todas as falhas e omissões do nosso sistema social. Viver e trabalhar na Cracolândia não é para qualquer pessoa.

Eu sou Leona Jhovs, transfeminista, atriz, diretora, roteirista. Apresento-me também como uma multiartista do território. Sou presidente do Instituto Luz do Faroeste, uma instituição que, ao longo dos anos, vem utilizando a arte e os direitos humanos para resistir em um dos territórios mais violentos e esquecidos de São Paulo. Há mais ou menos 12 anos, comecei a atuar como atriz, e em algum momento dentro dessa trajetória nasceu o Instituto Luz do Faroeste, que surgiu do pessoal de dentro da companhia, na expectativa de que pudéssemos dar continuidade ao trabalho com arte e cultura, mas também com direitos humanos, já que a companhia de teatro já fazia isso sem ter de onde tirar verba e remunerar os profissionais e artistas que estavam ali atuando.

Durante a pandemia, ampliamos nosso trabalho no Instituto Luz do Faroeste, criando o projeto "Você Tem Fome de Quê?", para combater a fome que devastou o território ainda mais nesses tempos de isolamento. Distribuímos marmitas com performances artísticas, pois entendemos que a arte também é alimento para a alma. Fizemos isso com o apoio de parlamentares e pessoas públicas comprometidas com a luta no território. Essa foi a nossa forma de responder à precariedade e sustentar vidas.

No entanto, no dia 26 de fevereiro, no Carnaval, fui brutalmente abordada pela GCM, uma policial feminina e um policial masculino, enquanto realizava essa ação. Eu e uma colega fomos abordadas com armas e muita truculência, em uma violência desmedida. Quem nos salvou foram as crianças no território. Elas estavam brincando na rua e, como eu trabalho lá, elas já me conheciam. Então, as crianças saíram correndo para chamar todo mundo do Instituto. Nesse momento, muitas pessoas chegaram, incluindo um advogado que presta assistência ao coletivo Luz do Faroeste e algumas pessoas do coletivo Tem Sentimento com o celular ligado, gravando toda a situação. Quando o advogado chega, os policiais retrocedem. Digo ao policial que ele me bateu, mas ele nega. Então pegaram nossos documentos, verificaram que não tínhamos antecedentes e nos liberaram. Infelizmente, essa experiência de violência com a GCM não é um caso isolado.

Como presidente do Instituto Luz do Faroeste, lidero uma equipe comprometida com a vida e com a dignidade. Atualmente, trabalhamos em projetos de combate à fome e iniciativas culturais, mas nossas ações vão muito além disso. Queremos que a arte, a cultura e a justiça social sejam os pilares de uma nova forma de existir e resistir na Cracolândia. Sonho em implementar o projeto "Pão, Circo e Liberdade", um circo que funcionará como um espaço lúdico, onde as crianças do território terão acesso à arte e à cultura, para que não naturalizem a violência e o drogatício. A arte é uma ferramenta poderosa de redução de danos e, mesmo diante de tantas dificuldades, continuamos acreditando no potencial de transformação que ela possui.

Nossa atuação, porém, ainda está limitada ao território da Luz. Não temos recursos para expandir. Só damos conta de atender o que está ao nosso alcance, e, para mim, isso é uma prova da urgência de investimentos e de um olhar de cuidado e respeito do Estado para com a população que ali sobrevive. O combate à fome, ao lado da arte e da cultura, são nossos esforços mí nimos para oferecer algo básico: alimento, dignidade e cuidado. Nossa projeto atual busca construir um circo, um espaço lúdico para trabalhar com as crianças que crescem e se acostumam com a violência ao redor, para que tenham uma alternativa e não se percam na mesma trajetória de exclusão que seus pais. Se a política pública pouco faz por eles, nossa presença ali é um ato de resistência.

Apesar das violências cotidianas, continuamos. Seguimos pois acreditamos que cada vida importa. Porque sabemos que a nossa presença ali faz a diferença. A cada marmita entregue, a cada apresentação realizada, a cada rosto que sorri em meio à dureza do dia a dia, reafirmamos nosso compromisso com o território. Não somos ingênuos; sabemos que a nossa luta é longa e árdua. Estamos enfrentando forças poderosas que lucram com a marginalização dessas vidas.

A Cracolândia não precisa de mais operações policiais. Ela precisa de políticas públicas sérias, de habitação digna, de acesso à saúde e de oportunidades de trabalho. Precisa de um Estado que a veja como parte da cidade e que trate seus habitantes com a dignidade que lhes é devida. Enquanto o Estado nos enxerga como dispensáveis, nós, artistas e ativistas, seguimos mostrando que cada vida importa, que cada rosto é único, que cada história precisa ser contada.

Essa é a nossa luta, e ela está só começando.

**LEONA JHOVS**  
*Presidenta do Instituto Luz do Faroeste*  
*Vice-Presidenta do Instituto de Pesquisa Formigueiro*

# —PRIVAÇÃO DE SONHOS

Com o que se sonha quando já não se pode dormir? A privação de sono, relatada por Danee Amorim, é utilizada como método de tortura, rendição, delírio e alucinação. Muito se sabe, há quase um século, sobre a importância do sono sobre processos mentais, metabólicos e cognitivos, de modo que não se pode negligenciar o direito ao sono ou, até mesmo, glorificar a baixa disponibilidade de tempo para dormir, como acontece nas sociedades ocidentais contemporâneas. O neoliberalismo exige que as pessoas durmam menos, comam mais rápido, produzam mais e que ainda tenham prazer em viver. Essa conta não fecha. Os efeitos deletérios da restrição crônica de sono são muito evidentes e incontestáveis, principalmente no que diz respeito aos processos de desintoxicação cerebral. Toda a sociedade sofre com a restrição crônica de sono. Durante a Semana do Sono (2024), a pesquisadora Paula Araújo afirmou:

A redução do tempo de sono é característica da sociedade atual. A cultura da sociedade 24/7 repercute em mudanças no estilo de vida que muitas vezes negligenciam o tempo de sono. Diversos estudos direcionam para a tendência dos indivíduos dormirem menos, sem no entanto haver mudança na necessidade fisiológica do tempo de sono.

Mas, quando se tratam de corpos descartáveis, matáveis e não merecedores dos resultados do progresso em uma sociedade produtiva, essa pauta não faz sentido. Afinal, seria um luxo, um privilégio. Ora, se nem os “trabalhadores” ou “pais de família” têm acesso a esse privilégio, não será o caso do povo que dorme nas ruas da cidade. Pessoas em situação de miséria, desabrigados, usuários de drogas ainda almejam dormir. Não qualquer sono, mas um sono digno, de qualidade, restaurador, e que lhes permita sonhar... As recomendações de médicos e especialistas no assunto dizem sobre a *Higiene do Sono*. Higiene? Durma cedo, sem muito estímulo luminoso presente, em temperatura ideal, sem ingerir substâncias psicoativas após as 18 horas, com roupas leves, após um banho morno e alimentação leve. Essa ciência não se aproxima da realidade, e não pode ser aplicada estritamente nesse contexto de privação absoluta que se observa nas ruas, em especial na região chamada de “Cracolândia”, em São Paulo.

Sabemos também que a privação de sono crônica, associada ao uso de substâncias, à restrição

de ingestão de água e comida, em contextos estressantes, pode favorecer a ocorrência de alucinações e até mesmo de quadros convulsivos, induzindo ou agravando quadros de transtornos mentais. Portanto, quando se pensa em uma parcela da população que vem sendo submetida a esses eventos aversivos e adversos da vida nas ruas, não é de se estranhar que boa parte dela apresenta sintomas desses transtornos. *Sintomas?* Ah, sintomas devem ser combatidos. Medicamentos, isolamento social, internação, prisão. Nesse contexto, é isso que temos para oferecer a quem adocece na rua? Curiosamente, também sabemos que os medicamentos usados para tratar sintomas de transtornos mentais, como antidepressivos e antipsicóticos, em geral, diminuem muito ou abolem a ocorrência de sono REM (aquele estágio do sono em que se sonha). Mais uma vez tentamos impedir que se sonhe. E, por que é tão importante que se sonhe? Ou que se impeça que se sonhe. Muito já foi relatado na literatura científica sobre as funções do sono e dos sonhos. E, sendo o sono um fenômeno biológico que ocupa cerca de um terço de nossas vidas, não é de se duvidar de sua importância. De fato, muitas funções já foram associadas ao sono e aos sonhos. Das mais básicas, para a sobrevivência e restauração de funções fisiológicas, às mais subjetivas e particulares de cada indivíduo, como elaborações de soluções para problemas do cotidiano, treino imaginativo de situações de perigo para o desenvolvimento de estratégias de evitação, exercício da criatividade, reorganização e reverberação de situações vividas durante a vigília, para consolidação de memórias e elaboração emocional da sua própria existência.

Apesar de tantas evidências acerca das funções do sono e dos sonhos já disponíveis na literatura, pouco ainda se sabe sobre os impactos da vida na rua sobre a qualidade do sono ou da privação de sono na qualidade de vida dessas pessoas. Mesmo assim, alguns trabalhos evidenciam uma maior vulnerabilidade para o adoecimento em pessoas que se encontram em situação de rua, como transtornos de humor (depressão), dor crônica e distúrbios do sono. E tudo isso não pode ser dissociado de um contexto social, econômico e político no qual as pessoas se encontram, não só na rua. Quando todos estão imersos em uma sociedade privada do sono, vivendo de forma automática e executando tarefas sem pensar, são quase inevitáveis os encontros violentos, como os que observamos cotidianamente na “Cracolândia”.

Poucas pessoas, como Danee Amorim — perspicaz, incomodada, vivendo no território e também sem dormir —, poderiam captar com lucidez o significado de uma formulação tão aberrante

quanto verdadeira: "GCM não deixa dormir". A partir de uma oportunidade de residência artística no coletivo Tem Sentimento, através da Cia Mungunzá de Teatro, podemos supor que o que a faz "despertar" para a importância de "sonhar" está na possibilidade de experimentar outras realidades e, então, sonhar outras conjunturas, mesmo em alerta. A voz de Danee tem por objetivo "acordar" também outras pessoas, mas para uma vigília atenta, consciente; "acordar" para a possibilidade de sonhar outros sonhos. A partir do seu relato, percebemos que, mesmo sem trégua, a "Cracolândia" resiste, estimulando os sonhos de uma outra realidade e promovendo oportunidades: artísticas, laborais, afetivas e de fortalecimento das redes de apoio. Essas oportunidades recarregam as baterias de pessoas que estão ali clamando por descanso. Enquanto não vemos outras iniciativas oníricas partindo do poder público, Danee Amorim provoca e convida todas as pessoas para que acordem e sonhem juntas, e para que olhem pra a rua.

KARIN DI MONTEIRO

NEP\_LEI - Núcleo de Ensino e Pesquisa  
do Centro de Convivência é de Lei

## —AQUÁRIO DA EXCLUSÃO: UMA ARMADILHA QUE NÃO DEIXA DORMIR

Refletir sobre a região conhecida popularmente como 'Cracolândia' nos convoca a escutar o modo de vida e a percepção das pessoas que ali habitam. Na história do bairro, rupturas socioespaciais caracterizam o local, e, não por acaso é uma região que agrupa pessoas de diversas origens que também apresentam rupturas em suas trajetórias de vida. A entrevista com Danee Amorim ilumina esta perspectiva, pois escuta o que diz uma pessoa que ocupa, frequenta, participa e constrói o modo de viver e resistir neste pedaço de São Paulo, onde a rua constitui papel importante no enredo da existência de muitas pessoas.

Mas de que rua estamos falando? Aliás, o que é, de fato, uma rua?

Danee Amorim oferece uma resposta precisa: na região da Cracolândia, dentre os mais diversos fatores, a rua é onde a "GCM não deixa dormir". Paradoxalmente, em 1905, o cronista João do Rio

escreveu no jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* que "*sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria*". Será? Será que o moralismo higienista e racista da sociedade paulistana do século XXI permite que a rua seja uma possibilidade para existir e agasalhar a miséria?

É preciso olhar para a rua. Que forças interferem na paisagem urbana e na rede de trocas entre a vida e a matéria? Entre o existir e o resistir? Entre o viver e o morrer na arena moral em torno do crack? A força policial ganha destaque - é protagonista. Recentemente, um pacote de políticas urbanas marcou o retrocesso à 'política do nomadismo' como retorno de respostas políticas alienadas. O que chamo de 'política do nomadismo' reaparece no território como sombra da mesma estratégia utilizada pelas forças do Estado após a operação 'Dor e Sofrimento' do então prefeito Gilberto Kassab no início de 2012. Se caracteriza por abordagens policiais seguidas pela limpeza da zeladoria urbana que perseguem rotineiramente as concentrações de pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de crack, tornando impossível fixar-se e estabelecer-se em um ponto específico.

O movimento é constante. Deslocamento forçado - trânsito - reagrupamento. Um ciclo diário indigesto que fragiliza as relações e o corpo. **Uma armadilha que não deixa dormir.** Uma prática política que desorganiza, confunde e expõe a intimidade e as mazelas da vida na rua para a vitrine do aquário da exclusão de cidades neoliberais como São Paulo. Uma ação estatal que produz sofrimento psíquico e machuca a subjetividade de quem é alvo, pois ao assaltarem a tranquilidade silenciosa de poder fechar os olhos, reflete as intenções do Estado em dar visibilidade, julgar e produzir a desvalorização da vida e do espaço, para posteriormente atrair investimento e seguir com a reprodução de capital.

A polícia atua no contexto de uma gestão urbana amparada pela moral, insistindo em criminalizar as pessoas em situação de rua, as organizações e movimentos sociais que lutam pelo acesso e a garantia de direitos. Políticas urbanas que explicitamente afrontam a dignidade e contrariam o bem estar social, cuja responsabilidade é, supostamente, do Estado. O que mais sabemos sobre a 'cracolândia'? Além da aglomeração de pessoas e do uso público de crack, muitas outras negociações constroem a vida neste lugar. Um viver especificamente urbano, no centro, íntimo às inúmeras transformações históricas e que ainda ocorrem no território, caracterizando os processos de formação da identidade desse lugar e de quem o ocupa no cotidiano. Um fluxo de coisas materiais e

imateriais que formam vidas cheias de sentimentos, dores, desejos e cicatrizes.

Quando se fala sobre as vidas da 'Cracolândia', essa sensibilidade singular de cada história se esvai. Pois no senso comum, o 'estar na rua' torna-se uma generalização rasa dentro do balão dos 'nóias' - uma representação social moralista que, como uma mancha, transborda os limites geográficos do espaço. Uma mancha de intolerância e asco que encharca o imaginário social em relação ao espaço e às pessoas que o ocupam. Um borrão que corrompe a subjetividade de quem está distante e só ouve falar. Uma mancha que desumaniza as pessoas que choram e também sorriem entre o asfalto, as calçadas e as esquinas da Luz, Santa Cecília e Campos Elíseos. Sob o termo 'nóia', a riqueza das diversas trajetórias é reduzida a um corpo só, genérico, que anula e fere a diversidade. No espetáculo de Danee, a personagem sem gênero imediatamente é marcada pelo carimbo de 'nóia', onde na verdade, a embriaguez pelo cansaço representa a intimidade do sono, descanso básico tão trivial atrás das mesas dos gabinetes do Estado, que na rua é privado como forma de controle, tortura e violência estatal aos moradores da cidade.

Assim, ali, não há ausência. O Estado está presente. Mas o que esperar do Estado? O que esperar das políticas públicas? As sirenes, as bombas e as pessoas gritam. A precarização das ofertas de moradia e atenção digna intensificam a violência machista que se agrava em direção ao corpo das mulheres, e ainda mais às mulheres trans. Qual o real interesse de políticas públicas que se unem a discursos segregacionistas alinhados a processos de exclusão? Qual a confiança em governos que veem a sociedade civil como inimiga, em que gabinetes e ternos permanecem fechados à discussão e negociação democrática sobre a ocupação do espaço público?

O discurso vivo de quem ocupa o território, como o texto de Danee Amorim, aprofunda a realidade e me faz lembrar uma situação de anos atrás quando um rapaz que também frequentava o fluxo na rua me disse: "Esse lugar aqui é como o Vale dos Ossos Secos! Vê lá na Bíblia". Ao buscar o texto desta passagem no livro de Ezequiel, antigo testamento, procurei entender o que a rua estava me dizendo. O 'Vale dos Ossos Secos' representa o acúmulo de ossadas de um povo que sucumbiu às inúmeras guerras e destruição de Jerusalém por volta de 580 a.C., momento justificado pelas incansáveis tolerâncias aos pecados de uma nação desacreditada, onde instaurou-se uma calamidade única devido à tamanha iniquidade. Desse modo, o livro de Ezequiel relata um momento de esperança, quando ele é levado pelo Espírito do Senhor ao vale

para humanizar os corpos lançados à própria sorte, e fazê-los levantar de suas ruínas e sepulturas. Que alegoria! Que metáfora! Que levante à humanidade! Que seja cada vez mais alto o volume das experiências de quem vive, conhece e comprehende a dinâmica de um território em disputa como a 'Cracolândia'.

É fato que a rua acolhe diversas expressões de religiosidade, sejam católicas, pentecostais, de matriz africana, indígena, entre outras. Por vezes, se mesclando no exercício de cada espiritualidade singular. Quando nos referimos à representatividade política, é preciso produzir rupturas nos jogos imaginários e simbólicos ideológicos e totalitaristas sobre determinados modos de existir, e assim amplificar a voz de camadas sociais que historicamente estão sob desamparo social e discursivo. Assim, a alusão ao 'Vale dos Ossos Secos' pode ser interpretada pela necessária restauração espiritual e política da humanidade em contextos de pessoas em situação de rua como a 'Cracolândia'. É um grito de como a participação social pode ser um caminho mais fértil para o vale, onde corpos úmidos possam florescer novas possibilidades.

A vida na rua é feita por pessoas, e as pessoas, cada uma ao seu modo, expressam modos de viver, existir e acreditar. Essa é a minha fé, de que a diversidade e o respeito agregam valor à vida, seja qual for o contexto em que ela se apresente.

#### THIAGO GODOI CALIL DA COSTA

*Pesquisador em Geografia Humana/Urbana no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP; Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública da USP.*

## —É PRECISO CORAGEM: EWÈ ASÁ. EPARREY OYÁ.

Vivemos um tempo de caos. São muitas as crises aqui e em todo o mundo. É tempo de guerras e genocídios. Tempo de eventos climáticos extremos e suas consequências especialmente contra o povo negro, indígena e pobre. Tempo de ameaças à democracia e de golpes. Tempo de crises econômicas e aprofundamento de desigualdades. Assistimos a uma combinação do patrimonialismo na Grande Metrópole Brasileira com o extrativismo global capitalista, tendo por resultado a multiplicação ampliada da crise humanitária que configura o momento atual da crise do cuidado.

Mas também é tempo de TRANSformações e fim de explorações com os ventos fortes de Iansã. É tempo de cura do planeta e das opressões com as folhas e o ecossistema de Ossain. Vai ter atraque de Iansã, como aprendi no pajubá das travas, mas também vai ter fervo Odara e cura! É tempo de ter os pés firmes no chão e os olhos no futuro ecossocialista. E para transformar a sociedade é preciso coragem. Nós, mulheres negras na política, somos sementes de Marielle Franco. E sabemos o que é lutar todos os dias contra a violência política e institucional que está na estrutura social da formação brasileira.

São Paulo é a cidade mais rica do Brasil. Mesmo assim, a maior parte da população tem de enfrentar péssimas condições de trabalho, moradia e transporte. São milhares de pessoas sem casa, jogadas no olho da rua. Já são 66 mil pessoas em situação de rua nesta cidade, sofrendo racismo, LGBTfobia, com fome! Travestis sendo espancadas e transmasculinos invisibilizados em seus direitos ao corpo, saúde, trabalho e reprodução.

No céu dessa que é a maior e mais incrível cidade da América Latina circula a maior frota de helicópteros por cidades do mundo, com muitos milionários, enquanto nós nos apertamos no metrô e no busão lotados. São Paulo pode ser melhor. São Paulo pode arrasar. Para isso, é preciso enfrentar a profunda desigualdade social que impera nessa cidade. São Paulo precisa ser salva daqueles que vivem de buscar privilégios pessoais, privilégios da branquitude e os privilégios relacionados ao território de moradia.

São Paulo não é uma cidade fácil, especialmente para quem vive na rua. Em pleno inverno, onde o frio é duro e castiga, a resposta das autoridades muitas vezes é a retirada de barracas, cobertores, e até dos poucos pertences dessas pessoas. A questão é maior do que um problema sobre a ausência de políticas públicas: é sobre o direito de existir, e esse direito precisa ser defendido.

Em uma reunião recente com a subprefeitura da Sé, foi levantada a necessidade urgente de tratar essas pessoas com respeito, de sensibilizar as equipes de zeladoria, de não varrer vidas como se fossem poeira nas calçadas. É evidente que precisamos de um programa como o "Housing First" (Moradia Primeiro), que preconiza o acesso à moradia como primeiro elemento da política assistencial, porque a dignidade começa em ter um espaço para viver. Distribuir sacos térmicos não inflamáveis e garantir que alimentos cheguem às aglomerações de pessoas em praças públicas tem a função de ajudar no controle da crise humanitária, mas não a resolve. Uma solução que respeite as

condições de vida e que acolha as pessoas precisa ser permanente.

Nas ruas, ouvimos histórias que nos despertam a revolta: invasões em espaços de acolhimento, como a Igreja Bola de Neve, pela GCM; zeladoria urbana jogando água nas pessoas no momento mais frio do dia; morte de pessoas desarmadas e vulneráveis em ações policiais; e ainda os casos trágicos de morte por hipotermia. Aqueles que governam a miséria racial brasileira em São Paulo acreditam que as campanhas de emergência são suficientes, mas sabemos que para acabar com essas tragédias cotidianas são necessárias novas políticas de valorização da vida, com base na assistência, alimentação, educação, trabalho e renda.

Muito se discute sobre a ideia de "revitalizar o Centro", mas o que isso significa e a que custo? Banheiros públicos e bebedouros ajudam a manter a dignidade da população em situação de rua, mas os serviços podem ser descontinuados em nome da revitalização, que corresponde ao princípio de gentrificação e transvaloração do espaço social urbano. Como pode existir uma revitalização na retirada dos direitos que garantem a vida de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, em sua maioria negras e negros? Não podemos continuar encobrindo o princípio de lucro que organiza as relações sociais e também as dinâmicas públicas no âmbito institucional. A reprodução ampliada do capital financeiro não pode ser a prioridade na política e gestão do cuidado oferecido pelo Estado às pessoas como parte de suas garantias fundamentais.

Quem conhece as ruas, como os movimentos sociais e o Ministério Público, sabe que as políticas fragmentadas não resolvem o problema das desigualdades estruturais na formação brasileira e suas características próprias ao espaço urbano. É urgente que possamos construir propostas realistas para que a vida nas ruas de São Paulo seja respeitada e para que ninguém precise morrer de frio ou abandono.

É tudo para ontem, e, no marco da administração pública não se trata de esperar por boas intenções. Trata-se de exercer a participação no controle social do Estado, exigindo o que é básico por meio de políticas eficazes e gestão comprometida com a proteção social. Porque as vidas na rua importam. **Ewè Asá. Eparrey Oyá.**

**CAROLINA IARA DE OLIVEIRA**  
Bancada Feminista  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

# —O DIREITO A DORMIR E O DESAFIO DA MORADIA: SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo, com sua dinâmica intensa, complexa e desigual, enfrenta desafios sociais que reverberam de maneira significativa na vida de sua população, tanto na região central quanto nas periferias da cidade.

A implementação de ações de zeladoria urbana, embora com a intenção de melhorar a estética da cidade, tornou-se uma ferramenta de violação de direitos e impacta de maneira desproporcional os mais vulneráveis. Enquanto muitas pessoas têm problemas para dormir ou transtornos do sono em seus lares, há uma parcela da população para a qual a simples ideia de uma casa com um lugar para dormir é um luxo inalcançável. As pessoas vivendo em situação de rua enfrentam uma realidade cruel, onde a busca por um lugar para descansar se torna uma luta diária pela sobrevivência.

A falta de moradia não é apenas uma questão de abrigo físico, mas uma violação importante dos direitos humanos. O acesso à moradia é reconhecido como um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, enfatizando a necessidade de garantir a todos um padrão de vida adequado.

Para a população em situação de rua, a zeladoria urbana pode representar uma perda de espaços improvisados como abrigo, de documentos e de medicamentos, tornando ainda mais difícil o acesso a condições mínimas de sobrevivência, gerando um ciclo de vulnerabilidade que reforça estigmas e marginalização. O impedimento de descanso e sono pode se tornar uma técnica de tortura. O desejo de dormir vai crescendo e as pálpebras pesam até um ponto insuportável. Nesse momento, a necessidade de dormir é tão terrível que as pessoas são capazes até de “confessar” qualquer coisa, em contextos de perseguição das forças de ordem e policiamento preditivo, para poder dormir.

O sono proporciona recuperação mental e psíquica, quando dormimos produzimos certos hormônios e proteínas fundamentais para o

perfeito funcionamento do organismo. A qualidade do sono é tão ou mais importante do que a quantidade. Nesse sentido, a situação vivida na região central da cidade de São Paulo tem afetado ainda mais as pessoas em situação de rua e os moradores da região, que também estão sendo acometidas por grande sofrimento psíquico.

*O simples existir cansa.*



Viver em uma grande metrópole é uma experiência única, marcada pelos sons urbanos incessantes que ecoam dia e noite. No entanto, entre as ruas movimentadas emerge uma questão fundamental que transcende as fronteiras do conforto diário: o direito à moradia digna, paz e ao descanso

O direito a dormir, um componente essencial do direito humano à saúde, é frequentemente desafiado nas grandes cidades. O ruído constante proveniente do tráfego, construções e atividades urbanas pode transformar a simples busca por uma noite tranquila em uma batalha diária. A Organização Mundial da Saúde ressalta a importância da proteção do direito ao descanso.

Além dos desafios relacionados à moradia e ao direito de dormir, é crucial abordar a realidade das pessoas em situação de rua que também fazem uso de drogas. A abordagem tradicional de criminalização e estigmatização desses indivíduos tem se mostrado ineficaz e, resulta na violação dos direitos humanos.

A implementação de políticas de redução de danos é uma resposta humanitária a essa questão complexa. Tendo em vista que essas políticas contribuem com a autonomia das pessoas em relação às suas escolhas de vida, promovendo a saúde e a segurança em vez de criminalizar comportamentos.

**Uma abordagem centrada nos direitos humanos permite ao conjunto da sociedade garantir a dignidade intrínseca de cada pessoa, independente de suas condições de moradia ou uso de substâncias psicoativas.**

**A implementação de políticas de redução de danos contribui para a construção de comunidades mais justas e compassivas.**

A população urbana enfrenta desafios significativos para a garantia de direitos básicos. As autoridades municipais devem cumprir seu papel crucial na implementação de políticas públicas que garantam a moradia, além de espaços de convivência e acolhimento com dignidade, diminuindo a importunação sofrida nos logradouros e garantindo qualidade de vida digna para todas e todos.

**MARIA ANGÉLICA COMIS**  
*Rede Brasileira de Redução de Danos  
e Direitos Humanos - REDUC*

**EDUARDO SUPILY**  
*Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*

**REVERBERAÇÕES  
DA LÓGICA  
MANICOMIAL**



# REVERBERAÇÕES DA LÓGICA MANICOMIAL

Machado de Assis, escritor do Realismo no Brasil, publicou em 1882 a sua obra *O Alienista*, um romance que narra com linguagem de crítica social, simples e objetiva, a trajetória do protagonista Simão Bacamarte, médico renomado que resolveu criar um manicômio chamado Casa Verde, na cidade de Itaguaí (RJ). Simão Bacamarte passou a realizar avaliações psiquiátricas arbitrárias e internações compulsórias, impondo sua influência na detenção de até 75% das pessoas naquele município, e construindo uma autoridade médica (com base em teorias científicas) que determinava o destino social das pessoas em direção ao aprisionamento, em função de situações variadas, consideradas na prática médico-legal como correspondente à "loucura". O médico, para implementar suas medidas, contava com anuência da câmara dos vereadores e do líder católico naquela região.

Desde a literatura brasileira produzida no regime imperial escravocrata, até as condições que se podem verificar hoje nos logradouros públicos da Grande Metrópole Brasileira, percebe-se uma abordagem similar no âmbito da administração pública, que articula eugenia e higienismo com uma obsessão de controle do território por meio do governo dos corpos e da saúde mental na região central de São Paulo. Os poderes institucionais atuam nos dias de hoje com o consentimento do conservadorismo fanático declarado pela direita política e pela especulação econômica em contexto neoliberal, associando-se a organizações da sociedade civil, de natureza privada e cunho religioso, cujo objetivo principal é o de promover uma transformação na personalidade do indivíduo. As Comunidades Terapêuticas são organizadas como residências coletivas temporárias em que se propõe a recuperação de pessoas que apresentam transtornos relacionados ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas. Essas organizações recebem imunidade tributária, além de um grande volume de financiamento público, concedido mediante à elaboração de um projeto terapêutico para a dependência de substâncias.

Com o monopólio do uso legítimo da violência, a administração pública no território exerce formas de autoridade e poder institucional que se sobrepõem aos direitos coletivos e garantias individuais de pessoas vivendo na rua e que estão fazendo uso de substâncias, resultando em cenas públicas de violência ostensiva e suplício racial, concretamente vividas em prisões forçadas e sem

meios de defesa, além da internação dessas pessoas sem o consentimento pessoal em dispositivos de cercamento do corpo e governo da saúde mental. Assim, ao superar os antigos asilos e hospitais psiquiátricos, São Paulo realiza atualmente prisões e internações diretamente nas ruas, calçadas e bairros, aprisionando as pessoas no próprio território em que elas vivem.

## PEDRO HENRIQUE DESIDÉRIO

*Enfermeiro e agente de redução de danos no Centro de Atenção Psicossocial AD III; Residência multiprofissional em Saúde Mental no Instituto de Psiquiatria da UFRJ; Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da FSP/USP.*

# **DIREITO AO SONO! NOTA DO COLETIVO TEMÁTICO 26 / CBCSHS (ABRASCO)**

A existência de pessoas em situação de rua (PSR) é uma das mais cruéis expressões da questão social e aponta para sintomas de um mal estar social imbricado na história brasileira de escravidão, escancarando as desigualdades que marcam nosso tempo histórico. Privada de direitos fundamentais, a PSR está submetida a discriminações, violações e violências. Destaca-se a realidade das mulheres em situação de rua, ainda mais invisibilizadas em suas demandas e necessidades, mesmo no contexto das políticas públicas para o conjunto desse segmento populacional.

Considerando as lutas sociais e a necessidade de promover debates que construam caminhos para reparação e reconstrução crítica, propomos, nesse Coletivo Temático juntamente com lideranças do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), reunir estudos, pesquisas e relatos de experiências que tenham como foco central a PSR, buscando mobilizar olhares interseccionais para este tema, que considerem as interfaces com a formação social e política da sociedade brasileira.

O CT manifesta grande preocupação quanto à gestão populacional por meio da privação do sono e consequente prejuízo à saúde coletiva, conforme relatado por Danee Amorim a partir de sua pesquisa de residência artística na região central de São Paulo, e discutido entre pesquisadores, ativistas e parlamentares que reúnem múltiplas experiências de trabalho com a população em situação de rua naquele território.

O Coletivo Temático 26 do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da ABRASCO, por meio desta nota de apoio, ratifica a urgência de uma agenda de direitos referente ao espaço urbano como espaço comum, considerando o contexto sociopolítico de acirramento das desigualdades e crescimento da população em situação de rua. O aumento no déficit habitacional e o agravamento das condições de vida nas ruas das grandes cidades não acompanham uma ampliação necessária no quadro normativo das garantias individuais, assim como não asseguram o cumprimento de esforços institucionais já previstos para a efetivação dessas garantias. No contexto vivido pela população em situação de rua, **direito ao sono é direito à cidade!**

Corroboramos a importância da elaboração e implementação de políticas públicas nacionais, assim como a valorização da assistência, com base na proteção do corpo em contexto urbano e garantia da integridade física no espaço público, articulando uma agenda de direitos para o bem estar psicossocial que esteja associada aos processos vitais e fisiológicos, incluindo o DIREITO AO SONO na organização do espaço urbano.

**GILNEY SANTOS; MONICA SENNA; NILZA ROGÉRIA NUNES; TATIANA WARGAS E VANILSON TORRES**

*Coletivo Temático 26 / CBCSHS (ABRASCO)  
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SAÚDE COLETIVA:  
OLHARES INTERSECCIONAIS PARA A GARANTIA DE DIREITOS*